



Instituto de Formação

Estratégias frente aos fundamentalismos religiosos

16 a 28 de
Novembro de 2008

São Paulo - Brasil

Realização:



Apoio:





Queremos dedicar este documento à memória de Walter Trochez, ativista hondurenho assassinado em dezembro de 2009. Walter participou deste instituto, nos deixou entusiasmos, energias e esperanças na alma. Seu assassinato nos encheu de raiva, de impotência, e marca nossos caminhos diversos, com dores únicas. Com a memória deste instituto queremos render-lhe homenagem.





Como evitar, e também minar, a determinação genérica que a linguagem impõe – não somente sobre os sujeitos e suas possibilidades de encontrar-se na língua, mas também sobre nosso modo de pensar e nomear o mundo? Uma das estratégias possíveis é a que temos acionado na escrita desta memória, através do uso do asterisco (). Veja nota do tradutor abaixo.

Recorremos a esta estratégia textual em três situações pontuais: na formação de plurais generizados, ao nomear um sujeito cuja identidade de gênero é ignorada e sobre o qual não queremos impor uma atribuição de gênero determinada a priori, e ao nomear um sujeito que não se identifica com uma das duas opções prevista pelo binarismo masculino-femenino.

Escolhemos o asterisco por várias razões. A arroba (@) é, em geral, lida como “masculino e femenino”. A letra x, também utilizada com este propósito, poderia ser confundida com a atribuição de sexo intersex, tal como foi utilizada em alguns lugares. O asterisco, por sua vez, nos agrada por sua representação gráfica, por aparecer quase pendurado sobre a frase, como uma estrela sobre o horizonte o um ponto de fuga rumo a alguma parte. Certamente, não é possível pronunciar o asterisco – e isto também nos agrada, no entanto permite expressar, ao fazer a língua tropeçar, o status daquel*s a quem o gênero ignora. (Memória Instituto trans e intersex 2005. Texto de Mauro Cabral)

Índice

1. Introdução	5		
IGLHRC na América Latina e Caribe	5		
Rede Latino-Americana de Católicas pelo direito Decidir	7		
2. Primeira Parte: O Instituto	10		
I. Un pouco de história	10		
II. Apresentação do Instituto	12		
<i>Objetivos</i>	13		
<i>Estructura e conteúdos do instituto</i>	13		
<i>Participantes</i>	14		
3. Segunda Parte: Conteúdos temáticos desenvolvidos	16		
O fundamentalismo religioso na America Latina e Caribe	16		
Análise do contexto dos fundamentalismos nos diferentes países	16		
O uso de Direitos Humanos a partir dos fundamentalismos. O direito natural e seu conteúdo	18		
Estruturas de poder, financiamentos e redes das diversas igrejas	24		
		Fundamentalismos como sociedade civil na luta pelos DH na ONU e na OEA	26
		“Curar” a homossexualidade	26
		Alternativas ao fundamentalismo	26
		O Estado Laico	34
		Direitos Humanos LGTBI à luz dos instrumentos internacionais	39
		Argumentações sobre direitos sexuais.	41
		Sexualidade e Religião	44
		Estratégias	50
		Estratégias de comunicação	50
		Ações bem-sucedidas na região	51
		Documentação de casos de violações aos DH de LGTBI	53
		Resistindo e desafiando aos fundamentalismos religiosos	59
		4. Conclusões	65



1. Introdução

IGLHRC na América Latina e Caribe

A Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC) é uma organização não governamental fundada em 1990 em São Francisco, EUA. Atualmente, a sede central fica em Nova York, EUA, e a sede do programa para América Latina e Caribe está em Buenos Aires, Argentina. O Programa para América Latina e Caribe da IGLHRC não pretende substituir as iniciativas locais, nacionais, regionais ou internacionais. Não poderíamos fazê-lo, ainda que tivéssemos essa pretensão, porque não contamos com recursos suficientes. Mas o que é mais importante: isso não nos interessa. Cremos que se os grupos de uma determinada cidade (ou país, ou região) querem trabalhar em conjunto devem unir-se, formular suas agendas e encaminhá-las. Nós eventualmente poderemos aportar alguma informação ou divulgar o que esta rede realiza, ou intercambiar ideias, ou colaborar da forma que à rede e a nós pareça mais adequada. Ou não participar absolutamente, caso o tema não esteja entre nossas prioridades de trabalho e/ou, na opinião das organizações que compõem essa rede nossa participação não aporte nada de interessante. Temos exemplos de todas essas situações e vemos com bons olhos que assim seja.

Desde seus primórdios, o Programa para América Latina e Caribe da IGLHRC aprendeu algumas coisas. Uma coisa fundamental é que não somos a única nem a principal ferramenta dos movimentos LGTBI da Região. Somos apenas um grupo de 3





pessoas interessadas em trabalhar com direitos sexuais, no marco dos direitos humanos, com ênfase nas questões que afetam aos e às LGBTIs –mas não exclusivamente. Não podemos nos ocupar com todas as questões que dizem respeito aos direitos sexuais, nem com todas as questões que afetam às pessoas LGBTI. Elegemos alguns temas, alguns países, alguns projetos e nos dedicamos a eles. Isso não significa que os temas, países ou projetos sobre os quais não trabalhamos não sejam interessantes, urgentes ou valiosos. O que essa escolha expressa é nossa consciência de que temos recursos limitados, materiais e humanos, e que preferimos escolher pouco e realizá-lo bem do que pretender muito e fazê-lo mal feito. Sabemos, além disso, que o que não fazemos seguramente será feito por outras e outros, se for algo importante a ser feito. Por sorte, há muitas organizações na região trabalhando com estes temas atualmente, assim como entidades internacionais de direitos humanos em geral (como é o caso da Anistia) que dez anos atrás não queriam nem ouvir falar de casos LGBTI e hoje são aliadas fundamentais dos movimentos LGBTI na maioria dos países.

O QUE FAZ A IGLHRC NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

- a. Nosso programa considera que um aporte que ser feito aos movimentos é a circulação de informações. Nós elaboramos materiais de boa qualidade e os distribuimos

de forma absolutamente gratuita sem outro requisito que enviá-los a qualquer organização ou mesmo pessoa que os solicite. Neste ponto, a distribuição de informações, não temos restrição alguma: temos enviado livros a pessoas cujos nomes ignoramos, que simplesmente nos enviaram um email com seu pseudônimo ou um endereço de hotmail. E continuaremos fazendo isso porque sabemos das dificuldades que muitas pessoas LGBT enfrentam para viver suas vidas fora do armário e nos parece que essas pessoas são as que mais informações necessitam. Também incluímos neste capítulo a circulação de informações sobre eventos internacionais de interesse para os movimentos LGBTI e como ter acesso aos mesmos.

- b. Divulgamos também documentos originais que estejam sendo produzidos na região, sobre questões de direitos humanos e orientação sexual/identidade de gênero. Esta distribuição também é irrestrita e gratuita (temos muitas pessoas que não têm acesso à Internet a quem enviamos materiais por correio comum). Isto nos parece importante para difundir o pensamento dos grupos e para ir construindo um acervo teórico produzido por nós mesmas/os na região. Recebimos com prazer qualquer material para este projeto, de qualquer pessoa e organização.
- c. Difundimos Ações de Alerta diante de casos de violações dos direitos humanos.



Aqui, uma vez mais, temos muita consciencia de nossas limitações:

- Não ficamos sabendo de todos os casos que acontecem.
- Não nos ocupamos de todos os casos que acontecem, por inúmeras razões.
- Não somos o elemento decisivo para que o caso seja resolvido mas apenas um elemento de pressão. Sempre são os grupos locais que tomam a denúncia, que fazem audiências com as autoridades, que organizam manifestações, etc., os que têm mais possibilidades de exercer pressão. Nós acompanhamos da melhor maneira que pudermos; às vezes as cartas que chegam de diversos países impressionam as autoridades e influem no desenrolar do caso, às vezes são usadas como papel de rascunho... Em todos os casos, vale a pena tentar algo, certamente.

d. E, a seguir, estão o que chamamos de nossos “projetos especiais”. Neste caso tratam-se de trabalhos pontuais, sobre temas específicos, para o que escolhemos parceiras/os também pontuais. Os critérios segundo os quais escolhemos os temas e parcerias para estes projetos são variados, sendo fundamentais os seguintes:

- Nosso interesse pelo tema
- Nossa crença de que desenvolver esse tema servirá, num sentido general, para um maior reconhecimento em nível internacional dos direitos sexuais, em particular dos aspetos que afetam às pessoas LGBT.

- Que tenhamos possibilidades concretas de trabalhar neste assunto.
- Que conheçamos organizações e pessoas com as quais estejamos em condições de trabalhar juntas/os neste projeto.

Nossos Institutos podem ser considerados dentro desta gama de trabalho.

- e. Em coalizão com organizações, redes e campanhas da região, o do mundo, trabalhamos também em projetos vários tais como (para mencionar apenas alguns), a Campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos, o Fórum Social Mundial e suas diversas expressões regionais e em visibilizar os temas LGBT no interior do Sistema de Direitos Humanos tanto das Nações Unidas quanto da Comissão Interamericana.

Rede Latino-Americana das Católicas pelo Direito de Decidir

A Rede Latino-Americana das Católicas pelo Direito de Decidir – CDD/AL – é um movimento autônomo de pessoas católicas comprometidas com a busca de justiça social e a mudança de padrões culturais e religiosos vigentes em nossas sociedades. Promovemos os direitos das mulheres, especialmente os que se referem à sexualidade e à reprodução humana.

Lutamos pela equidade nas relações de gênero e pela cidadania das mulheres tanto na sociedade quanto no interior das Igrejas.



Estamos em um processo de construção coletiva, trabalhando de maneira democrática e participativa.

Na Rede estão articulados formalmente dez grupos distribuídos por nove países, a saber:

- CDD – Argentina:
- CDD/Buenos Aires
- CDD / Córdoba
- CDD – Brasil
- CDD – México
- CDD – Chile
- CDD – Bolívia
- CDD – Colômbia
- CDD – Nicarágua
- CDD – El Salvador
- CDD – Paraguai

Entre as ações que a Red dinamiza encontramos atualmente:

- A publicação da Revista Conciencia (consciência), de distribuição gratuita na América Latina cuja tiragem é de 10.000 exemplares, 8.000 assinantes internacionais, além disso são distribuídos aproximadamente 2.000 em eventos nacionais e internacionais. Não obstante, CDD/México tem uma tiragem de 5.000 exemplares adicionais para cobrir suas próprias assinaturas.

- A realização e articulação em campanhas regionais tais como a Campanha 28 de setembro pela despenalização do aborto na América Latina e Caribe, a Campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, a Campanha Preservativos pela Vida, a Campanha contra os Fundamentalismos.
- Realização de atividades públicas de impacto em datas do calendário feminista.
- Seminários e oficinas sobre questões éticas relativas à reprodução e à sexualidade humana e a outros temas pertinentes a nossa proposta em cada um dos países e em nível regional.
- A divulgação das ideias a partir do website.
- O acompanhamento das iniciativas nascentes dos mesmos grupos que já fazem parte da rede.
- A presença em múltiplos eventos regionais com propostas, e a solidariedade permanente ao movimento de mulheres em toda a região.
- A presença ativa em cenários internacionais tais como as Nações Unidas, a CSW, a OEA, a CEPAL e outros relacionados às linhas de trabalho da Rede.
- A produção de documentos e declarações permanentes nacionais e regionais.
- A produção e distribuição de bibliografia, cartilhas e materiais sobre temas específicos a partir da visão de CDD.



- A facilitação de espaços de formação permanente das integrantes da Rede e porta-vozes em toda a região a partir da realização de seminários de formação próprios e da participação em outros eventos pertinentes para a qualificação das mulheres da rede.
- Processos de permanente presença de CDD na América Latina

- Acompanhamento a processos de formação de mulheres de setores populares.
- Questionamento permanente dos padrões culturais que negam, invisibilizam e violentam os direitos das mulheres.



2. Primeira Parte: O Instituto

2. Primeira Parte: O Instituto

I. UM POUCO DE HISTÓRIA

O Projeto Instituto surge de uma avaliação dos limites da maioria das capacitação que a IGLHRC – e outras organizações de direitos humanos – realizaram na região e em outras partes do mundo.

É por esta razão que propomos, desde 2005, um Instituto de formação que integre as características que consideramos imprescindíveis levar em conta as necessidades d*s ativistas da região:

- Alcance extensivo: Aabertura do espaço de formação a pessoas que por sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero, ou por sua falta de credenciais acadêmicas não têm acesso ao circuito tradicional de formação em direitos humanos.
- Protagonismo dos temas de orientação sexual, identidade e expressão de gênero – que não existe nos cursos tradicionais de direitos humanos.
- Uma intervenção efetiva em prol do desmantelamento das hierarquias e desigualdades econômicas, sociais, étnicas e de gêneros vigentes no interior dos movimentos L ,G, B, T e/ou I, de direitos sexuais e reprodutivos, que reproduzem as existentes nas sociedades latino-americanas em geral.





- Uma formação intensiva e qualidade centrada na aquisição de habilidades tanto teóricas como práticas, que permita aprofundar nos temas abordados
- Criação e abertura de oportunidades de encontro e comunicação intrarregional.
- Possibilidade de articulação com outros projetos da organização.
- Um formato flexível que cada ano se ajuste aos grupos participantes e/ou aos temas a serem tratados.

Sua disponibilidade como recurso permanente para todas e todos *s ativistas da região, que tenham ou não participado do Instituto, mediante a circulação de guias de estudo, publicação das memórias de cada Instituto e materiais de referência, etc.

O primeiro instituto do programa para América Latina e Caribe da IGLHRC foi realizado em La Falda (Córdoba–Argentina) em outubro de 2005, depois de uma ampliação da equipe da América Latina que tinha por objeto trabalhar intensamente o tema trans e intersex, e além disso, a realização de institutos para ativistas. O instituto para Ativistas Trans e Intersex foi um espaço de aprendizagem e mudança fundamental. A experiência foi sistematizada na “Memória do Instituto para Ativistas Trans e Intersex”, que se encontra em nosso site em www.iglhrc.org em espanhol, português e inglês.

O segundo instituto para “Lésbicas e mulheres bissexuais da América Central e Caribe de fala espanhola” foi realizado em São

José da Costa Rica em maio de 2007 com a participação de 18 mulheres daquela região. Seus eixos principais foram o feminismo, o desenvolvimento organizacional e os sistemas de DH. O documento completo encontra-se em www.iglhrc.org também nos três idiomas.

Agora apresentamos a memória deste terceiro instituto “Estratégias frente aos fundamentalismos religiosos” dirigido desta vez a lésbicas, gays, travestis, transexuais, bissexuais e intersexuais.

Os três institutos têm uma continuação: o apoio e orientação (sobre organização, elaboração de projetos e fontes de financiamento), a informação, o intercâmbio de experiências, a vinculação internacional, atividades conjuntas, etc.

Existem muitos fatores que influem sobre a militância pelos Direitos Humanos de lésbicas, gays, trans e intersex, por isso nunca ousaríamos atribuir-nos as conquistas que pertencem à história e ao esforço das pessoas, mas sabemos que contribuimos, que depositamos nosso grão de areia nesta construção de um mundo sem discriminações.

Como diz Alejandra Esquivel, participante do instituto “Estratégias frente a fundamentalismos religiosos”

“É evidente que um trabalho de tal magnitude de capacitações implica em muito trabalho de coordenação e logística, mas é necessário sobretudo muito apoio econômico. Isto quer dizer que apostaram em nós, confiando que no futuro podemos transmitir e capacitar mais pessoas, porém sobretudo que seriam formados





milитantes sérios, lutando pela causa, conhecendo seus “inimigos” e aliados. No meu caso, foi assim, criaram um monstro cheio de informações, argumentos e queira-se ou não, estratégias obtidas no curso, que me proporcionarão armas e ferramentas para que eu enfrente as pessoas, não somente as religiosas e religiosos, mas também os e as fundamentalistas. Na Costa Rica, por ser ainda um país em que a religião do governo e quase obrigatória para o povo é a católica, apostólica e romana, conforme dita nossa constituição, então é ainda mais importante esta capacitação, pois enfrentamos diariamente estas situações de confronto.

Em geral, foi um curso muito rico, a partilha com ativistas de avançada experiência e trajetória percorrida, ainda mais repleta. Percebem-se que os facilitadores e as facilitadoras foram escolhidos a dedo, me agradou muito que a maioria fosse da comunidade LGTTBI, porque se sabe que conhecem por experiência na própria pele tudo o que viveram e expressaram nestas quatro paredes”.

Definitivamente, são ativistas que seguem lutando, trabalhando e abrindo caminhos...

II. Apresentação do Instituto

Objetivos

Estrutura e conteúdos do instituto

Participantes

Por que um Instituto de estratégias frente aos fundamentalismos?

Nos últimos anos, o avanço dos fundamentalismos religiosos na América Latina (e no mundo) é evidente. Opostos ao princípio do Estado Laico, pretendem que a religião seja a lei primeira dos países e propõem uma grande restrição de liberdades individuais baseando-se em uma moral única que pretende legitimar o controle sobre as mulheres: o retorno ao estado subordinado, mulher submetida ao homem na esfera do matrimônio, resgate dos estereótipos: mulher inferior, intuitiva, sentimental, passiva e dependente, além disso obrigatoriamente mãe e esposa abnegada.

A moral que propõem está centrada na sexualidade e na proibição das liberdades, com argumentos similares aos dos juristas da Idade Média que justificavam a Inquisição. Isto é, a homossexualidade é um pecado “contra-natura”, um insulto a Deus, o aborto é um crime. Contudo, não condenam nem a violência doméstica, nem os crimes de ódio, entre outras coisas.

São grupos com elevado poder econômico e político que, pela herança dos anos, invadiram os espaços educativos, sindicais, partidários. Apropriando-se do termo vida, têm como centro de seu pensamento a sexualidade. Seus temas de obsessão são o aborto, a homossexualidade e a educação sexual para crianças e adolescentes. Sua presença nos meios de comunicação, nos poderes do Estado e em lugares de influência aumenta seu poder. Começando pelos EUA e em quase todos os países, tem canais de TV próprios que geram notícias e bombardeiam a população com “valores morais”,



como por exemplo que o sexo fora do casamento produz a morte. Os fundamentalismos religiosos avançam, conseguem frear leis a favor dos LGBTI e das mulheres e, inclusive, retroceder sobre direitos adquiridos (por exemplo, a eliminação do aborto terapêutico em Nicaragua em 2007) mediante a manipulação da informação, o uso da influência. Frente a isto, os grupos LGTBI e feministas desenvolveram diferentes estratégias exitosas. Oferecemos este espaço a militantes LGTBI da região com o intuito de compartilhar essas experiências, conhecer os argumentos e conteúdos dos fundamentalismos e desenhar formas de atuação válidas nos diferentes países para o avanço dos DH para todas as pessoas.

Objetivo geral

- Fortalecer as estratégias de ação do movimento LGTBI frente aos fundamentalismos religiosos

Objetivos específicos

- Conhecer objetivos, âmbitos de poder, ações, argumentos, fortalezas, debilidades e atores da direita religiosa na América Latina e Caribe.
- Construir argumentações sólidas baseadas nos DH para neutralizar e contrapor-se aos discursos fundamentalistas.
- Criar estratégias de ação conjunta.

Resultados

- 20 ativistas da América Latina e Caribe contam com ferramentas conceituais e estratégicas para enfrentar a direita religiosa
- Grupos LGTBI estabelecem contato e podem articular-se para ações conjuntas frente à direita religiosa

Estrutura e conteúdos do instituto

Foram estabelecidos três eixos de conteúdo correspondentes aos objetivos específicos.

- Conhecer os fundamentalismos religiosos na América Latina e Caribe
- Conhecer alternativas aos fundamentalismos religiosos
- Preparar estratégias de ação

Dentro de cada um destes eixos estão os seguintes temas:

O fundamentalismo religioso na América Latina e Caribe

- Análise do contexto dos fundamentalismos nos diferentes países
- O uso dos Direitos Humanos por parte dos fundamentalismos. O Direito Natural e seu conteúdo
- Estruturas de poder, financiamentos e redes das diversas igrejas

- Fundamentalismos como sociedade civil na luta pelos DH na ONU e OEA
- “Curar” a homossexualidade

Alternativas ao fundamentalismo

- O Estado Laico
- Direitos Humanos LGTBI à luz dos instrumentos internacionais
- Argumentações sobre direitos sexuais
- Sexualidade e Religião

Estratégias

- Estratégias de comunicação
- Ações bem sucedidas na região
- Documentação de casos de violações dos DH de LGTBI
- Resistindo e desafiando aos fundamentalismos religiosos.

Participantes

Depois de uma longa e difícil seleção, já que houve mais de 250 candidaturas com os seguintes critérios de seleção

1. Adesão aos objetivos do instituto
2. Ativista LGTBI em organização LGTBI ou outro movimento social de DH
3. Interesse no tema proposto
4. Capacidade de trabalho em equipe
O grupo resultante deveria ter e teve:
5. Representantes de todos os países que se apresentaram (al final houve pessoas escolhidas que não puderam comparecer e privilegiamos a identidade autodefinida sobre os países de origem ou residência)
6. Equilíbrio entre identidades L, G, T, B, I com ação afirmativa às menos favorecidas.
7. Representação de outras diversidades: diferentes religiões, idades, etnias, PVHA, etc.

Est*s foram *s participantes:

Nome e Sobrenome	Cidade	País	Organização
Clayvert Alcón Saavedra	La Paz	Bolívia	Colectivo GLBTs Bolívia, Federación GLBT La Paz
Michel Riquelme Norambuena	Santiago	Chile	Organización de Transexuales por la Dignidad de la Diversidad (OTD) Rancagua, Chile y Colectivo Trans Lésbico “Paila Marina”
Franco Aníbal Fuica Fuica	Osorno	Chile	Coordinadora Universitaria por la Diversidad Sexual de Osorno. CUDSO
Galilea Bracho (Monroy de Leon)	Guatemala	Guatemala	OTRANS- Organización Trans Reynas de la Noche
Olenka Marin Benítez	Iquitos	Perú	Red Trans de Loreto



Flavia Córdoba	Isidro Casanova	Argentina	Movimiento antidiscriminatorio de Liberacion
Shirley Valverde Quiñones	Quito	Ecuador	Casa Trans- Proyecto Transgénero
Dowithilla Battaring	Recife	Brasil	Gestos – soropositividade, comunicação e gênero (Grupo OXUMARÊ – Travestis e Transexuais organizadas para superação da AIDS e do Preconceito)
Marlene Vivas	Managua	Nicaragua	Asociación Movimiento Gay Lesbico Intermunicipal AMGLIM
Karla Rebeca Bermúdez Ulloa	Managua	Nicaragua	Movimiento Autónomo de Mujeres
Eduardo Jesus Juarez Villafuerte	Lima	Perú	Movimiento Manuela Ramos
Walter Orlando Trochez	Tegucigalpa	Honduras	Grupo de Abogacia por la Diversidad Sexual
Horacio Pricola Lujan	San Jose de Mayo	Uruguay	DIVERSEXU-“La Verdad te hace libre”
Yonatan Matheus	Caracas	Venezuela	Venezuela Diversa AC
Pablino Caballero Aguilera	Asunción	Paraguay	Fundación Vencer
Ariane Celestino Meireles	Porto Alegre	Brasil	Liga Brasileira das Lesbicas
Juana Mercedes Cruz Díaz	Arequipa	Perú	Lesbianas Independientes Feministas Socialistas - LIFS
Ana Francis López Bayghen Patiño	México DF	México	teatro cabaret reinas chulas a.c.
Rilian Mejia Lima	La Paz	Bolivia	ADESPROC LIBERTAD
Ruth Villata	Tegucigalpa	Honduras	Asociación LGTB Arcoiris de Honduras
Tatiana Paola Hernández Nieto	Bello Antioquia	Colombia	AMAM, Asociación de Mujeres que Aman Mujeres.
Ana Lucía Ramirez	BOGOTA	Colombia	Mujeres al borde
Catherine Jennifer Serpas Argueta	Delgado	El Salvador	Asociación Nacional de Personas Positivas Vida Nueva ANP+VN El Salvador
Marcia Ugarte	San José	Costa Rica	Colectiva por el derecho a decidir
Cristian (Chirstopher) King (Mora)	Sto Domingo	Rca Dominicana	Trans Siempre Amigas (TRANSSA)
María Alejandra Esquivel Mena	San José	Costa Rica	Mujer y Mujer. Comunidad Lésbica de Costa Rica





3. Segunda Parte: Conteúdos temáticos desenvolvidos

Conhecimento do fundamentalismo religioso

Objetivo específico 1: Conhecer objetivos, âmbitos de poder, ações, argumentos, fortalezas, debilidades e atores da direita religiosa na América Latina e Caribe

Análise do contexto dos fundamentalismos nos diferentes países. Rosa Posa

Nesta seção, apresentamos um resumo da análise realizada durante o instituto

O melhor em nossos países é:

- O aumento de organizações da sociedade civil e novos grupos LGTBI
- A esquerda apoia a luta em alguns casos. (A direita sempre se opõe às reivindicações).
- Criação de leis que incluem, por exemplo, na Venezuela: lei contra toda forma de violência contra a mulher, no México: lei de não violência contra a mulher, identidade de gênero, aborto.
- Em alguns casos, caminha-se para um estado laico
- Existe visibilização
- Podem-se observar pequenas conquistas para avançar.
- Temas postos no debate público
- Abolição do delito de sodomia (Nicarágua)
- Oportunidade de reclamar direitos junto outros grupos

da sociedade

- Estamos organizados, trabalhando para mudar a situação

O pior é:

- A presença dos fundamentalistas em todas as instâncias de poder.
- Oposição frente a qualquer iniciativa de inclusão das ONG e Movimentos Sociais.
- Setarismo entre movimentos sociais e luta pelo poder econômico.
- Organizações divididas
- Pouca divulgação da informação, conquistas e benefícios
- Falta de comunicação entre os grupos
- Igrejas católicas e evangélicas.
- Falta de vontade política para realizar mudanças pró LGBTBI
- A igreja tem influência política nos governos e manipula com mentiras
- Falta de leis que protejam à comunidade LGBTBI
- Altos índices de violência e crimes



- Leis que punem o aborto
- Perseguição política.
- Compra de movimentos para desmobilizar a militância
- Racismo – sexismo – xenofobia.
- Não existem políticas públicas LGBTBI em educação

Os setores não aliados do movimento

- População conservadora, sociedade preconceituosa (cultura machista religiosa)
- Igrejas e grupos conservadores
- Meios de comunicação “sensacionalistas”
- Tomadores de decisão conservadores
- Algumas ONGs.
- Polícia



- Alguns governos (depende do país)

Os Aliados

- Movimentos feministas e de mulheres
- Aliados estratégicos
- Comunicadores/as sociais sensibilizados
- Organizações da sociedade civil
- Algumas agências de cooperação internacional
- Sindicatos de trabalhadores (alguns)
- Grupos religiosos a favor
- Parte da população que apoia a reivindicação



- Alguns governos estatais (depende dos países)
- Algumas agências de desenvolvimento neo-colonialistas

Esta primera parte aportou, segundo as avaliações dos participantes, uma introdução adequada que deu um panorama

geral da situação dos fundamentalismos em diferentes países, conhecer a realidade da región, os aliados e não aliados.

Também deu a possibilidade, ao conhecer as realidades e experiências dos países presentes com relação às ações de grupos fundamentalistas, de ver que na América Latina em geral há traços característicos de expressão dos fundamentalismos religiosos nas instituições governamentais e no coletivo social. Além disso, foi possível abordar de forma geral os avanços e retrocessos na América Latina e no Caribe.

Como introdução, abriu as possibilidades de pensar uma incidência mais estratégica para se opor aos campos religiosos dos diferentes países onde incidem os fundamentalistas e começar a ver possibilidades de trabalhar conjuntamente com as companheiras e companheiros em ações efetivas e criativas para conseguirmos lutar contra os fundamentalismos.

O uso dos Direitos Humanos pelos fundamentalismos. O Dierto Natural e seu conteúdo. Fundamentalismo, direito natural e direitos humanos. MARCO HUACO P.

Com o objetivo de conhecer aspetos básicos do fato religioso para identificar o objeto de estudo, sua relação com o fundamentalismo e a doutrina do direito natural e dos direitos humanos, abordamos os conteúdos de Religião e fundamentalismo; direito natural e direitos humanos; o Papado e



o DH; o uso político dos DH pelos fundamentalismos. Marco Huaco fez uma interessante introdução chamando a uma ampliação de nossos olhares, com um exercício visual em que se



devia buscar uma estrela de cinco pontas num complicado desenho, demonstrou que estamos acostumados a ver as coisas em preto e branco, de maneira dicotômica, em oposições puras, em combinações, passando por cima da diversidade. Às vezes, só percebemos nossa própria diversidade, não conseguimos identificá-la nos outros; tendemos a etiquetar e a conservar nossos paradigmas. De alguma maneira, não ter em mente a análise global poderia estar fazendo com que adotemos estratégias que empoeram o fundamentalismo.

Às vezes, usamos categorias que facilitam um olhar enviesado: por exemplo: “as igrejas”, “os fundamentalismos”, “os homofóbicos”, “o Estado”, “o cristianismo”, “a religião”, “a igreja católica”, “os católicos”, “os evangélicos”, etc.

O pensamento esquemático apaga todos os matizes e fronteiras para poder classificar a realidade de maneira maniqueísta e com isso chega a criar seus próprios inimigos, perdendo também eficácia em sua ação. Às vezes, julgamos o bosque pela árvore (fazemos a análise mas não a síntese), julgamos o todo pela parte e não conseguimos “ver”, e não podemos ter uma atuação eficaz. Então, quando rompemos com essas formas dicotômicas de pensar, tomamos distância de nós mesm*s e começamos a estar preparad*s para poder ver e para transformar a realidade com eficácia.

Religião e fundamentalismo

A religião como fato social pode ser estudada a partir de dois ângulos: o da fé e o da ciência. Nas ciências sociais: “ciências sociais da religião”.

O conteúdo do fato religioso é: “um sistema de crenças, de ritos, de formas de organização, de normas éticas e de sentimentos, por cujo meio os seres humanos se relacionam com o divino e encontram um sentido transcendente da vida” (M.Marzal)

Poderíamos falar de 3 funções da religião:

- A primeira delas caracteriza a religião como uma força integradora: segundo esta, a tarefa da religião consiste em apoiar a integração dos membros de uma sociedade, para tal fomenta o consenso no interior das comunidades (Comte, Durkheim, Freud).



- A segunda sustenta que a religião cumpre uma função de compensação. Aqui, a religião é vista como um mecanismo de ajuda para tornar mais aceitável a vida através de um alívio psíquico (Feuerbach, Hegel, Freud e Marx).
- A terceira entende a religião como uma interpretação cosmológica, resumida na teoria da secularização. Assim, a religião serviria para interpretar e ordenar os fenômenos do mundo com os meios que tem à disposição; quanto mais se desenvolvem as ciências naturais a interpretação religiosa é deslocada pelo conhecimento científico, o mundo perde seu encantamento, sua interpretação se seculariza. (Max Weber)

Marco Huaco convidou *s participantes a citar religiões e práticas religiosas que conhecessem em seu entorno imediato, a reconhecer religiões diferentes das tradicionais. Concluímos de forma evidente que existe um grande pluralismo religioso na América Latina:

-“Ja faz uns 40 anos, o mapa religioso da América Latina está se transformando muito rapidamente. Dezenas de novos movimentos religiosos surgiram em todos os países da região. Estes movimentos conquistaram, pouco a pouco e de maneira crescente, um espaço até então monopólio absoluto da Igreja católica romana. As mais recentes estatísticas revelam que em certos países (Guatemala, Chile) e regiões (Chiapas) até um quarto ou mais da população já não participa da mediação sagrada tradicional e escapa ao controle das hierarquias católicas...

pela primeira vez desde os tempos da Conquista, a Igreja católica romana está perdendo o controle sobre o campo religioso e sobre os deuses.” (Pierre-Bastian, Jean Pierre)

Há uma diversidade inter-religiosa:

- Religiões do Livro: cristianismo, islamismo, judaísmo;
- Religiões Sapienciais: budismo, hinduismo
- Religiões Originárias: as religiões dos povos indígenas.

E também uma diversidade intra-religiosa:

- No interior do cristianismo: catolicismo, protestantismo.
- No interior do catolicismo: catolicismo romano, catolicismo ortodoxo, catolicismo oriental.

Catolicismo cultural (devoção a santos populares e ícones),
catolicismo social (Comunidades Eclesiais de Base inspiradas na Teología da Libertação)

Catolicismo carismático (curas milagrosas do Espírito Santo)

Catolicismo sincrético (catolicismo indígena amazônico e andino)

Catolicismo integrista representado principalmente por movimentos religiosos quase militarizados.

- No interior do protestantismo:

Protestantismo histórico (luteranos, anglicanos, calvinistas)

Protestantismo dissidente (presbiterianos, puritanos, quacres, anabatistas, batistas)



Protestantismo revivalista da primeira onda (pentecostalismo, adventismo, mormonismo(*), testemunhas de jeová(*))
Protestantismo revivalista da segunda onda (neopentecostalismo, fundamentalismo).

- Diversidade no interior das religiões autótonas:

Antigas religiões autótonas (não aculturadas)

Novas religiões autótonas (Igreja Cruzada Católica Apostólica Evangélica do Peru; a Missão Israelita do Novo Pato Universal e a Divina Revelação Alfa e Omega fundada).

- Também diversidade de vivências religiosas
- Ortodoxia, heterodoxia; ortopraxis, heteropraxis (“liberais”, “conservadores”)
- Heresia, apostasia, conversão.

O Fundamentalismo pode ser considerado como uma reação negativa à modernidade: “recusa intransigente”, contra o liberalismo e um retorno às “origens”.

- Fundamentalismo-integrismo-ortodoxia-conservadorismo-direita religiosa.

Fundamentalismo e religiões políticas (de direita e de esquerda) e religiões civis (patrióticas).

Fundamentalismo e integrismo, são faces da mesma moeda?

- O Integrismo: nasce na França, catolicismo intransigente (em oposição a católicos sociais) e significa um retorno à

Tradição.

- O Fundamentalismo nasce nos EUA, evangélico protestante (em oposição a protestantes liberais), retorno à Bíblia.

Ambos nascem nos primórdios do século XX.

Quem faz parte do Integrismo católico?

- Integristas lefebvristas (Lucien Lefebvre)
- Integristas romanistas (Ecclesia Dei)
- Integristas sede-vacantistas (Guérard des Lauriers)

Fundamentalismo (evangélico)

- “Maioria Moral”

Década de 1970, antiabortista, criacionista, literalista, imperialista.

- “Coalizão Cristã”

Pró-vida, Pró-Família, política.

Caraterísticas discursivas:

- Reação à marginalização da religião cristã: cristandade, confessionalidade estatal.
- Seletividade anti-modernista (“não há nada de bom”, ainda que utilize os recursos da modernidade).
- Maniqueísmo moral (iluminados vs. perdidos).

Absolutismo e inerrância hermenêuticas (Bibliismo,



Tradicionalismo)

- Milenarismo (escatologismo).
- Separacionismo do mundo, criação de subculturas marginais pujantes.
- Autoritarismo moral (ética setária, legalista e censora).
- Autoritarismo organizativo (dependência de líderes carismáticos).
- Obsessão pela pureza doutrinal (a “verdade pura e intransigível”).
- Pretensão de verdade absoluta e imutável.
- Teologia do medo (inferno, culpa).
- Espiritualidade socialmente egoísta e utilitária (a ajuda social é meio).
- Instrumentalização política da fé.
- Teologicamente belicosa, eclesialmente militarizada.
- Profundamente patológica: medo, medo e medo: quebra das certezas morais.
- Politicamente “conspiracionista”.

Direito Natural, direitos humanos e fundamentalismo

O direito natural não está “ao alcance das pessoas”, somente aos juristas católicos.

Usam a técnica do discurso fechado, do direito natural que trata de impor pela força a parlamentar*s, funcionari*s públic*s e ao

público em geral que, segundo eles, não tem a ver com religião, mas de sentido comum, de “direito natural”.

O Direito Natural é uma parte da Filosofia do Direito cujo tema fundamental de estudo é a Justiça.

A “filosofia do direito” é a sucessora histórica do “direito natural” (enquanto disciplina do saber).

O Direito natural considera uma justiça superior à humana, universal e imutável.

De fontes religiosas judaico-cristãs e greco-romanas.

–Direito natural divino.

–Direito natural racionalista.

Iusnaturalismo vs. Iuspositivismo (ius=direito): para os iusnaturalistas, as normas que contrariem os princípios naturais são injustas e carecem de obrigatoriedade, ainda que tenham sido promulgadas por uma autoridade competente cumprindo os requisitos formais exigíveis. Em troca, pela ótica do iuspositivismo a validade da norma jurídica não depende de seu valor moral.

- Hugo Grocio propõe um direito internacional baseado em um direito natural racionalista para alcançar a convivência entre Estados enfrentados pela religião:

“O direito natural é um ditado da reta razão, que asinala que uma ação, segundo seja conforme ou não à natureza racional, tem em si uma qualidade de feiúra moral ou necessidade moral; e que, en consecuencia, tal ato é proibido ou ordenado pelo autor da natureza, Deus.”



– O direito natural divino se oferece como produto direto do legislador celestial (isto é uma característica medieval). Hoje, é um instrumento político do integrista e do fundamentalismo para penetrar e instalar-se na democracia. Agora não se trata de “imposições religiosas” mas de “imposições naturais”, comuns a todo ser humano. Trata-se, na realidade, de reconquistar o mundo através do direito natural racionalista para em seguida restituir o direito natural divino tal como era utilizado na Idade Média.

De acordo com estas ideias, a “orientação sexual” não constitui uma condição comparável à raça, ao grupo étnico, etc., porque, diferentemente destas, aquela é uma desordem objetiva; (...) “Os direitos ao trabalho, à habitação, etc., não são absolutos e podem ser limitados por causa de desordens exteriores de conduta, para evitar o escândalo”; (...) E, sobretudo, “não existe um direito à homossexualidade e, por este motivo, não pode constituir uma base judicial para reclamações”. (Considerações para a resposta católica a propostas legislativas de não discriminação aos homossexuais”, “Congregação para a Doutrina da Fé”, Julho de 1992.)

DIREITO NATURAL E DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos são direitos naturais. Repete-se a conjuntura afrontada por Hugo Grocio: fundamentar secularmente uma instituição para obter consensos. A Assembleia da ONU fundamentou os direitos humanos na Dignidade Humana. Os

DH são concebidos como: inatos e inerentes; anteriores e superiores ao Estado só os reconhece; universais; inalienáveis.

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e dotados, como estão de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros” (art.1 da DUDH).

O USO DOS DH PELO FUNDAMENTALISMO

USO PELO VATICANO DOS DH

O direito de liberdade religiosa se traduz no direito a “juízos morais em assuntos temporais” e no “direito” a influir sobre o Estado e as leis impondo sua doutrina.

O direito de objeção de consciência se converte no “direito” a sabotar leis e políticas públicas e “direito” a deslegitimar coletivamente as normas do Estado e suas políticas.

A “sã laicidade” é uma confessionalidade camuflada já que põe “a Igreja” como tutora da ordem moral objetiva que é fundamento do Estado laico...

A pluriconfessionalidade em pareceria com o fundamentalismo evangélico com o argumento de uma “civilização do amor” = Cristandade

O direito à vida fala da “vida sagrada”, da “sacralidade da vida” (início e término naturais da vida). A “Família”: monogâmica, heterossexual e reprodutiva (em defesa da Tradição). Unem estes três elementos: VIDA BIOLÓGICA (Ciência) CRIADA POR



DEUS (Igreja) E PROTEGIDA PELAS LEIS (Estado).

Então, o matrimônio homossexual, os anticoncepcionais, a concepção artificial, a morte digna, a sexualidade prazerosa, o aborto, etc... NÃO REPRODUZEM “A VIDA”, por isso são CONTRÁRIOS À LEI NATURAL e são: “LEIS INJUSTAS” segundo este critério.

ESTRUTURAS DE PODER, REDES E AÇÕES DOS GRUPOS FUNDAMENTALISTAS

Entre os órgãos institucionais vaticanos, encontramos

- Conselho Pontifício para a Família:

Foi instituído por João Paulo II com o Moto Proprio Família a Deo. Instituída em 1981, em substituição ao Comitê para a Família, criado por Paulo VI em 1973.

Ocupa-se de: educação sexual, demografia, anticoncepção e aborto; esterilização, engenharia genética e diagnose prenatal; homossexualidade, e problemas éticos e pastorais relacionados à Aids e outros problemas de bioética; legislação sobre o matrimônio, a família, as políticas familiares e a proteção da vida humana. A partir de 1994, Ano da Família, o Dicastério é responsável pela organização dos Encontros Mundiais das Famílias: Roma 1994; Rio de Janeiro 1997; Roma 2000 no marco do Jubileu das Famílias; Manila 2003. O V Encontro Mundial aconteceu em Valência, Espanha, em 2006.

A ACADEMIA PONTIFÍCIA PARA A VIDA:

Com o Moto Próprio “Vitae Mysterium” de 11 de fevereiro de 1994, João Paulo II instituiu a Pontifícia Academia para a Vida. Seus objetivos são: estudar, informar e formar sobre os principais problemas de biomedicina e de direito, relativos à promoção e à defesa da vida, sobretudo na relação direta que estes têm com a moral cristã e as diretrizes do Magistério da Igreja. Para realizar estes fins, em outubro de 1994 foi instituída a fundação “Vitae Mysterium”.

Pertencem à Academia 70 Membros – nomeados pelo Papa –, que representam os distintos ramos das ciências biomédicas e aquelas que estão estreitamente relacionadas aos problemas concernentes à promoção e defesa da vida.

A “Bíblia” integrista sobre “vida, sexualidade, família” é um livro chamado “O léxico”, publicado pelo Conselho Pontifício para a família.

A **Opus Dei** é uma instituição pertencente à Igreja Católica. Foi fundada em 1928 por Josemaría Escrivá de Balaguer, sacerdote espanhol canonizado em 2002. “Opus Dei” em latim significa “obra de Deus”, toda informação sobre a mesma se encontra em www.opusdei.org/





Tradição, Família e Propriedade, foi fundada em 1960 no Brasil por Plínio Corrêa de Oliveira (1908-95), da extrema direita católica. Foi advogado, deputado e professor universitario em São Paulo.

Suas atividades principais incluem: a reimplantação de títulos nobiliários, a proscrição dos partidos socialistas, o emprego da força contra os “bastiões do marxismo” em Cuba, Venezuela e no resto da América, a censura a livros, filmes e series televisivas que atentam contra os “valores morais do Ocidente”. Há organizações afins em quase todos os países da América Latina. www.tradicionyaccion.com; www.colombia-autentica.org/; <http://www.tradicionyaccion.org.pe/tya/>

Sodalício de vida cristã (“Asociação, ou Comunidade, de Vida Cristã” em português) é uma Sociedade de Vida Apostólica fundada por Luis Fernando Figari em Lima, Peru, em 1971 e aprovada pelo Papa em 1997.

É formada por leigos consagrados e sacerdotes, chamados Sodalites, que fazem promessas perpétuas de celibato e obediência, bem como um compromisso pela comunicação do bem e da vida comunitária.

As principais ênfases do apostolado sodalite são: a promoção da juventude e da família, e a Evangelização da Cultura.

Movimento de vida cristã: www.m-v-c.org/; Família sodalite: <http://www.familiasodalite.org/>

Vida Humana internacional. Fundada em 1970 nos EUA pelo

padre Paul Marx. Católica, tem organizações afins em toda a América Latina. (<http://www.vidahumana.org/>)

Population Research Institute: seus objetivos são vigiar e controlar programas de apoio a direitos sexuais e reprodutivos norte-americanos. Combate a UNFPA em nível internacional. Fazer lobby político perante o Estado. Criar opinião pública “pró-vida”. Promover o repovoamento dos países. A sede latino-americana se encontra em Lima, Peru (<http://www.lapop.org/>). **ALAFA** Aliança Latino-Americana para a Família (<http://www.alafa.org>)

Rede Família www.redfamilia.net/

CEPROFARENA: Centro de Promoção Familiar e Regulação Natural da Natalidade “CEPROFARENA (<http://www.ceprofarena.blogspot.com/>)

Segundo as avaliações d*s participantes, este módulo permitiu pensar que os fundamentalismos se baseiam no medo de perder os espaços de poder, isso o faz considerar o movimento social organizado como uma ameaça que pode superá-los.

Aclarou ideias ao fornecer informações sobre as redes, as igrejas, as origens, objetivos, localizações geográficas, características, diferentes grupos, formas de organização e financiamento, etc. Permitiu evidenciar as diferentes redes de poder que há no interior da igreja católica, a estrutura da hierarquia eclesiástica e conhecer conceitos sem os quais podemos cometer erros na análise e no desenho da estratégia.





Além disso, *s participantes assinalaram que aprenderam léxico novo e história. A relação entre fundamentalismos, direitos humanos e pobreza lançou luz sobre as estratégias de grupos fundamentalistas para incidir nos governos.

Fundamentalismos como sociedade civil na luta pelos DH na ONU e na OEA (Alejandra Sardà)

Através de um fantástico jogo de papéis criado por Alejandra Sardà, onde foi representada uma cena real do conselho de DH, tivemos uma visão sobre o manejo dos temas, do lobby fundamentalista, tanto católico como muçulmano. Assim como as limitações e contradições dentro do lobby da sociedade civil. Presenciamos como na realidade os DH podem ser um instrumento de intercâmbio subordinados a interesses de outra natureza.

Para fomentar o uso deste interessante exercício, incluímos integralmente as instruções do mesmo no site http://www.mulabi.org/juego_de_rol.pdf (em espanhol).

As e os participantes ponderaram de forma unânime a metodologia utilizada (o jogo de papéis sobre uma sessão do Conselho de DH da ONU com roteiros baseados na realidade) que deu a possibilidade de conhecer o funcionamento dos poderes nessas instâncias de decisão e o próprio funcionamento do Conselho de DH em sua prática. Permitiu ver as decisões que são tomadas nestes níveis e a hostilidade do ambiente em geral.

Ajudou a evidenciar variáveis desconhecidas pel*s participantes, como os países “negociam” e qual é o verdadeiro lugar que ocupam nestas “negociações” os direitos sexuais e os direitos reprodutivos. Também fez compreender as dificuldades que temos no avanço de nossos direitos no nível político internacional. Foram observadas as limitações na participação da sociedade civil, a influência do Vaticano e de países muçulmanos, as dificuldades dos países da América Latina em assumir posições contundentes.

“Curar” a homossexualidade. Gabriel Orlando

Nosso tema se intitula “a cura da homossexualidade”, no âmbito dos fundamentalismos tanto religioso quanto científico. Nosso marco de referência se instala a partir da declaração universal dos direitos humanos, uma concepção inclusiva. Não





nos consideramos don*s da “Verdade”, simplesmente queremos aportar um saber que consideramos, levamos tod*s por dentro e cimentado em experiências, muitas vezes dolorosas, com as quais pretendemos nos empoderar, para a conquista efetiva dos direitos que nos são devidos como pessoas.

Não gostaria que a conversa fosse nem exclusivamente religiosa, nem cientificista. Vamos mover-nos entre estas margens sem nos determos especificamente em nenhuma delas em especial.

Como disse, nossa postura é inclusiva e por isso vou reformular o enunciado que se faz extensivo à

comunidade de minorias sexuais, ou seja LGTBI. Por que quero deixar isso claro? Porque o que se coloca aqui não é um juízo crítico a uma sexualidade, mas “A Sexualidade”, como tudo o que isso traz consigo: o prazer, o corpo, a identidade, etc.

Tod*s lidamos com os conceitos de sexo, diferenciado de sexualidade, gênero e identidades. Quando falamos de sexualidad, do que esatmos falando? Pelo paradigma psicologista, que también tem seus fundamentalismos e seus reducionismos como neurose, psicose e perversão, dividindo a realidade humana de manera incompleta, fragmentária; muitas com os eufemismos que caraterizam outros

contextos fundamentalistas. (Por exemplo, dsm-IV; transtornos de identidade sexual). Voltando: do que falamos quando nos referimos à sexualidade? Do inconsciente, de pulsões, prazer, fantasias, o broche de ouro do desejo e, em última instância do desejo inconsciente e por último a uma ou várias escolhas de objeto, que o que tanto preocupa ao fundamentalismo. Claro que isto não basta para entender o fenômeno social de condenação e as nomeações patológicas mas entendendo os processos socio-históricos, como aqueles devires que performatizam o pensamento,

o sentir e o comportamento humanos.

Por que usei o singular? Porque disso se trata, da construção de um discurso único, predominante que por sua vez subdivide todo o anterior sob argumentos de negação, projeção de uma realidade que admite muitas variáveis, recusadas desde a raiz por este discurso hegemônico, a saber: binarista, heterossexista, patriarcal e machista, demarcado sintonicamente dentro dos vetores que promove o

capitalismo. Que podemos extrair desta simples análise? O traço arbitrário e autoritário do que é correto e o que fica fora que seria o marginal, dentro do que para o fundamentalismo é o normal e o anormal...como se alguém pudesse dimensionar a complexa trama





de situações que flutuam nestes processos históricos, sobre a fantasia da imutabilidade dos valores humanos, como se a história fosse um fóssil imóvel e morto.

A partir daqui sustentamos que este refúgio falaz onde repousam os conceitos discriminatórios, como os de “curar” algo que já não é mais considerado uma enfermidade há muito tempo (APA 1976, OMS 1973), ou seja, que estes mencionados valores não são imutáveis, tenhamos em conta as diferentes épocas da humanidade com suas verdades relativas e tenaz oposição que a mesma teve para enfrentar essas relativas verdades e tratar de “absolutizá-las”. Temos demasiados exemplos na história dos processos socio-históricos (Galileu, Darwin, etc.)

Antes de continuar, gostaria de definir certas expressões que adquirem distintas significações de acordo com o enunciante: a noção de subjetividade, a de sujeito* e a pessoa; parecerá óbvio para alguns, mas gostaria de dar minha versão destes termos e como se relacionam com o que foi dito antes. A subjetividade não é estática, mas sim um processo inacabado de contínua transformação e construção, que se va enriquecendo (o lastimavelmente empobrecendo). Por exemplo, pensemos em nossos processos de visibilização, nossas mudanças vitais de pensamento. Ou, por exemplo, esperamos que quando vocês saírem deste encontro, haja uma mudança, seja ela qual for, mas já não seremos *s mesm*s, só pelo fato de ter passado por algo valioso que é experiência. A outra noção que é o nu do cultural,

é o de ser sujeito*, o estar sujeitado ou ancorado na cultura e seus desígnios relativos mas eficazes em nossas vidas, ao socio-histórico com o risco das sobre-adaptações que isto implica, gestando não sujeito*s livres e independentes, mas objetos, peças automatizadas dessa maquinaria que escraviza e corroí toda noção libertária que possamos albergar substituindo-a por dor e sofrimento, por exemplo sentir-se anormal, defeituoso, ou um erro da divindade por nossa condição de ser, homofobia internalizada, recusa por nossa condição sexual, etc. Ao que chamamos a revelar-se desde a atitude opressiva e repressiva que esta sujeição nos impõe de maneira férrea e tenaz operando na cultura como pessoas com os mesmos direitos e obrigações que tod*s têm, sendo desde quem ressignifica o termo pessoa como a estrutura subjetiva com maiores níveis de organização social e capacidade de associar-se a outr*s e cooperar para o bem comum na construção de outra sociedade. Promulgamos as capacidades do sujeito desejante, que imagina sua potência, com o sujeito cognoscente, que inventa e cria as condições que o sujeito produtor culminará de maneira literal, sem preferências todos são importantes, em todos podemos nos refletir como um todo, não como promove o sistema que anula os dois primeiros e explora o último, porque o que importa é o mercado, para ele se necessitam máquinas de produção que não questionem, que não pensem, que só consumam e produzam, este é um elemento central para a manipulação fundamentalista. Tudo isto dispara a formação de instituições de regulação,



proibição, controle e marginalização de toda verdade que esteja à margem da “Verdade”.

Mas, como não somos apenas mente, nem tampouco apenas sociedade, temos que ser mais específico*s, trazer isto para o nosso cotidiano e entender que tudo se media através do institucional com o qual convivemos e que é parte do concreto.

Quem sustenta e de onde a cura da sexualidade? Soa até ridículo o enunciado, a partir da igreja católica com suas “fontes”, como a Bíblia, a patrística, as teologias dorsais de Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino, a tradição e sobretudo o contraditório magistério da igreja que pode manipular todo o que foi dito sob o pretexto da defesa do correto, normal e natural. (Sobre este último, é válido o comentário para outros fundamentalismos, a sexualidade é parte de uma complexa construção CULTURAL, o que demonstra que não há nada de natural o antinatural). Qual é o erro em diferenciar o normal do anormal, talvez na medicina se possa admitir a expressão com na discussão caso a caso, um exame de sangue “normal” é aceitável, mas quando este paradigma se translada para o campo socio-cultural para se falar numa “sexualidade normal”, entramos em outro terreno. Como disse, os fundamentalismos estão infestados de falsidades, ignorância ou eufemismos, que passam despercebidos para as pessoas comuns, que crêem que são autores de seus pensamentos e não se repensam num contexto mais amplo no qual intervêm variáveis tais como: “De onde provêm meus valores?” e não questionam a seu respeito.

Perceberíamos que mais de um pressuposto não nos pertence, que nos foi imposto por uma violência sutil, simbólica que localiza os fatores da realidade arbitrariamente. Por exemplo, no caso da intersexualidade, a cultura da castração que não é apenas física e que decide com base no paradigma heterossexista que esta pessoa deva ser homem ou mulher.

Por outro lado, temos os fundamentalismos provenientes dos EUA, com a marca de retrocesso do fato antes e durante a administração Bush, e vemos de maneira crescente o avanço destas cosmovisões, sobretudo pentecostais, com seu compendio bíblico coagulado e interpretado de maneira literal como se não houvesse transcorrido dois milênios entre aqueles escritos e o presente, mas como a igreja católica, também notamos a má disposição para esta interpretação, neste caso toda outra verdade que não “A Verdade”, provém de Satanás, figura muito conveniente para anular qualquer questionamento, ainda que seja o mais lógico, fica à margem como anátema, diriam eles.

Neste marco de situação, a opressão social seria o conjunto universal (pobreza, exploração, discriminação da mulher, etc.) e a repressão sexual seria um subconjunto coerente com este contexto. A metodologia pode ser variável, mas os resultados pretendem ser iguais: o silenciamento da realidade e sua substituição por ideais absurdos, insustentáveis e vergonhosos.

As campanhas das igrejas pentecostais na América Latina são ferozes para com a sexualidade, vocês devem sofrer com isso aqui





no Brasil, assim como nós na Argentina e presumo que em muitos senão em todos os países de nosso continente.

Por que é tão importante manejar a sexualidade e normatizar o desejo ou as escolhas sexuais?; Quem se beneficia e por que por tanta ênfase na sexualidade alheia? Somos vistos a partir da lógica dos transtornos, da doença, da má tramitação de alguma etapa psicosexual, a partir de um Édipo mal elaborado, a partir de uma lógica reprodutiva e não do prazer, como se o gozo fosse algo reservado para aquel*s pouc*s que cumprem as exigências de uma normalidade imposta, que supostamente não nos contém. Tratam-nos como promiscu*s (algo que não sabemos ao certo como definir), nos manipulam com o pecado, com a família, chamam-nos de depravad*s, exigem que façamos reverência diante do reconhecimento de nossa condição sexual. Enquanto não fizemos nada com ela, seremos considerad*s pervers*s, trazendo à tona o conflito que as hierarquias múltiplas do sistema, seja eclesial, jurídico ou científico, têm entre o prazeroso e o lo repressivo, e quando digo repressivo torno extensivo o termo não apenas ao simbólico, mas também ao concreto como os crimes de ódio, as legislações opressivas e discriminatórias e o genocídio silencioso em que vivem milhares de pessoas que não podem sair do armário por causa do custo extraordinário em sua qualidade de vida e com o custo que pagamos em nosso cotidiano quando nos tornamos visíveis.

Mas a pergunta mais enigmática é: por que as pessoas acorrem cada vez em maior medida ao fundamentalismo?

Depois de tudo o que expus, seria preciso enlaçar e integrar situacionalmente a problemática do sistema de opressão capitalista globalizado e a dinâmica permanente de empobrecimento e instabilidade socio-econômica com a qual os poderosos têm oprimido e manipulado a vontade das massas. Pensemos que, neste contexto atual de mudanças tão abismais, que têm sempre como variável de ajuste de cada crise a classe trabalhadora já empobrecida, o que faz com que seja mais seguro recorrer a São Caetano ou à igreja evangélica, do que confiar na seguridade social, que o Estado, como garantidor dessa inclusão social não ejerce, por outro lado. Especificamente, as instituições sintonizadas com o sistema elaboram compêndios manipulando a culpa, a moral e os “bons costumes”, que junto com o marco de insegurança geral reinante é explorado por um tipo de monstro que pisoteia, tanto a luta social d*s trabalhador*s, quanto a luta pela liberação sexual. Produz-se uma alienação das pessoas que são permanentemente bombardeadas pelo consumismo, que geram a fantasia de necessidade, em meio de uma pobreza genocida estrutural, que torna impossível o acesso a isso que produz prazer e segurança em meio à compulsão por ter tener... daí a tão comentada prosperidade que promovem os fundamentalistas, que se enunciaria assim: “se você dá ao Senhor e à igreja o seu dízimo e cumpre os mandamentos, Deus te fará prosperar”. Enquanto isso, se consolida outro grande negocio dos mais aberrantes que se exerce sobre as pessoas de escassa





escolaridade, marginalizadas, ou pessoas que encontram em uma crise, fáceis de manipular, e se consolida um pato perverso que nada mais faz do que reproduzir a matriz do sistema às custas d*s pobres, que passariam a ser soldados de Cristo, um Cristo manipulado, amordaçado, beligerante, discriminador. Tudo em nome de Deus e seu amor, o mesmo Deus da inquisição católica, da perseguição calvinista etc., justificando a guerra santa, contra os mouros, os povos originários da América... Agora assistimos ao choque de três fundamentalismos rivais, por um lado o judaico-cristão norte-americano imperialista e pelo outro lado o islâmico, para ambos os setores, o outro conforma o eixo do mal, como mencionar Bush. Parece que a história repete parágrafos que pareciam superados, mas com alguma clareza podemos ver que o petróleo, o dinheiro e o poder fazem que os povos mundo árabe estejam em demasia em seus países e tenham as mesmas opções que tiveram nossos povos originários: ser exterminados ou ser conquistados, ou o mais impune de todos, ser “colonizados”. Por isso, nossa causa é a causa da humanidade progressista, que crê na esperança, na proteção do meio ambiente, na promoção de valores humanitários e não apenas nos restringirmos a nosso umbigo como se não fosse parte de todo um andaime de opressões que se depositam, conforme convém com mais ênfase em um ou outro setor, mas sempre, sob a mesma lógica: a dos poderosos. Entretanto, em todo o mundo se observam os efeitos de uma conjectura de mudança, devido ao ativismo e o compromisso,

na Argentina existem algumas conquistas, que podem abrir caminhos a outras e há numerosos projetos de lei sobre os direitos das minorias sexuais, como os de casamento civil, a adoção, o direito ao reconhecimento legal dos casais do mesmo sexo, leis de saúde sexual, os métodos anticoncepcionais de acesso gratuito, comissões nacionais de partidos que têm organismos dedicados às minorias sexuais, mas ainda falta a instalação de um discurso diferente na boca do Povo e não de uma minoria esclarecida, e este é nosso compromisso, o de nos integrarmos com as e os sinceramente equivocad*s, as massas manipuladas, as e os oprimid*s e colocar em xeque em todos los campos possíveis as diversas caras com as quais o discurso opressor se manifeste. Sabemos que não apenas somos gays, lésbicas, trans ou intersex, mas que também somos pessoas com qualidades, habilidades e defeitos que não se enquadram em nossa sexualidade somente, que muitas vezes somos explorad*s, obrigad*s a fazer coisas que não queremos para subsistir, que temos que pagar nossos impostos como qualquer um/a, e assim com nossos talentos e integralmente sermos vistos como pessoas e apenas isso, e como cidadãos e cidadã plen*s de direito.

Então, como já dicemos, a sexualidade poderá ter aspetos mais ou menos prazerosos, mas o conceito de doença que manejamos não é individual e sim psicossocial, corroborado no âmbito macrossocial de configuração antes mencionado, já que a cura à qual apelamos tem sua substância neste campo do atual e tem



referência com os mecanismos segregacionistas e discriminatórios, que dão volta com o suporte de Instituições tanto religiosas quanto científicas, que não desvelam as consequências do sofrimento e as consequências que trazem em nossa comunidade a homofobia, cuja consequência está à vista nesta conversa, que degrada a condição humana, a ideia de felicidade como um estado possível de alcançar, as autoimposições que nossa condição sexual e seu correlato social nos impõe que tem status patológico e consequências muitas vezes, senão a maioria, terríveis, que dilaceram a vida em seu conjunto, tanto intrapsíquica, quanto familiar e de transcendência social.

Curar a homossexualidade: o que é preciso curar? Quem de nós não participou de alguma missa, em que eram lidos parágrafos da bíblia que tendenciosamente nos machucavam? ou assistiu a um culto evangélico em que éramos tratados como endemoniados, pecador*s? Quem de nós se confessou diante de um padre que sutilmente nos dizia: “deus ama o pecador mas se aborrece com o pecado” - querendo dizer “você pode ser gay, lésbica ou o que for, contanto que você seja consequente com sua sexualidade? Por isso, creio que sim, há algo a reparar, mas não no sentido opressor e sim no sentido libertador de uma sociedade patriarcal, machista, sexista e, finalmente, capitalista, que tal como os porta-vozes mediatiza sua opressão mediante instituições que amplificam e retraduzem as mensagens de injustiça que necessariamente não podem proceder da Divinidade, mas sim da fragmentação, do

preconceito, da ignorância, e por que não? a malícia com que somos discriminados, com que nos negam direitos, com que somos maltratados e tudo isso, meus e minhas amig*s, é isso o que precisa ser reparado. Nós somos as vítimas deste genocídio identitário que torna bastardas as premissas básicas dos Direitos Humanos, ou em nome de Deus se justifica o femicídio, ou a discriminação nas igrejas que se valem dos efeitos da homofobia interna para escavar ainda mais onde dói e, em seguida, dizer que esta ferida habilmente cultiva é em benefício de nossa alma ou do ideal de família, etc.. o terrível é que nós lo criamos e lamentavelmente muitas pessoas LGTBI recorrem a centros de terapias supostamente reparatórias que comprovadamente não perniciosas e apenas acentuam o caráter de auto-rejeição ao próprio eu a partir do aprofundamento e da exploração da homofobia interna levando-a um estágio de naturalidade que só entorpece nossas vidas. De qualquer ponto de vista, ninguém pode mudar sua sexualidade e transformar-se em algo que não é. É inútil e estéril o sacrifício a que lamentavelmente nos deixamos submeter, repito, não temos que entrar no jogo perverso do opressor na medida em que mantenhamos nossas convicções no âmbito da comunidade.

Se é preciso reparar ou tentar curar algo, é a ferida que permanece em face da rejeição de nossa igreja de origem quando nos impele a ser sinceros e seu paradoxo quando o somos nos castiga. Quando, fiéis a nossas crenças, nos separam as premissas



instituídas por outras pessoas tão gente como vocês ou eu, contudo muitas vezes somos vítimas de vituperações ou de adjetivos de outr*s que falam por nós. É o conjunto do social que deve nos integrar e não nos rejeitar, lastimando-nos em nome de deus, ou porque a bíblia diz ou porque alguém o diz, seja minha mãe, temos que ter claro que a dinâmica que faz adoecer é a mesma que oprime e a que desmentimos por nossa perspectiva. Se nossa sexualidade vai mal, a dos demais...: por que está bem ou é normal? Quem diz isso? A normatividade não nos diz nada, não há nada para curar, não existe doença alguma mas sim danos que precisam ser reparados, mas isso é uma construção que vai levar tempo e requerer luta. Deixo a vocês este convite. Obrigado

Depois da exposição de Gabriel Orlando, os grupos trabalharam sobre as seguintes perguntas:

1. Vocês acreditam na cura da homossexualidade? Sim/não, por que?
2. Para você, de que maneira devemos agir com nossos opressores?
3. Somos um coletivo social de luta? Sentimos que isso é eficaz?
4. O que nos falta?
5. Sinto que sou um/a cristã/o de segunda categoria?
6. Podemos elaborar estratégias para lutar contra os fundamentalismos?

Além disso, trabalharam sobre a carta que supostamente foi escrita por um padre que quer mudar a sua orientação sexual. Tal carta pode ser encontrada em <http://www.vidahumana.org/vidafam/homosex/ayuda.html>

As e os participantes sublinharam que a abordagem foi, por um lado o conhecimento das motivações dos fundamentalismos e o papel que desempenham nas igrejas cristãs, entre elas a católica, no manejo de nossos corpos e, por outro lado, a aquisição de argumentos, novos conceitos e ferramentas necessárias para desbaratar o argumento das religiões que pretendem curar uma doença que não existe.

Além disso, forneceu um ângulo diferente sobretudo na análise do discurso e dos argumentos utilizados pelos fundamentalismos e/ou por aquel*s que insistem em condenar a homossexualidade. A atividade prática na qual foi analisada a carta de resposta a um padre ou representante de um centro de cura de homossexuais, foi muito acertada e ajudou a avaliar dois ou mais níveis dos argumentos que frequentemente se apresentam para condenar a homossexualidade.

Também ampliou a compreensão do papel da igreja católica nos governos na busca pelo poder político.





Objetivo específico 2: Construir argumentaciones sólidas basadas en los DDHH para contrarrestar los discursos fundamentalistas.

O Estado Laico

Cecilia Olea

Começamos com a explicação de conceitos chave:

As aspirações da modernidade são conformação de um estado que representa os interesses de toda a sociedade, a separação entre poderes temporais e espirituais e a igualdade da cidadania perante o estado e vice-versa, o tratamento igualitário por parte do estado a toda a cidadania.

Com a premissa da liberdade, no Estado moderno, se entende a democracia como o sistema que garante a expressão da opinião de tod*s. Este processo incluía num primeiro momento somente os proprietários, a todos os homens letrados e excluía as mulheres e as e os analfabet*s.

O espaço público:

O poder público nada mais que a emanção ativa e energética da opinião pública, que por sua vez é um fenômeno coletivo apoiado numa realidade individual, na qual flutuam os demais usos e vigências que dela se nutrem.

O poder público supõe sempre atrás de si uma opinião que seja verdadeiramente pública, e por isso tenha vigência robusta, a partir da qual emerge a reconhecida interação entre opinião

pública e democracia.

Laicismo:

O termo grego *laos* designa a unidade de uma população, considerada como um todo indivisível.

Instituição com neutralidade de credo e no espírito de liberdade e igualdade que lhe permite adquirir uma dimensão universal verdadeira. O laicismo supõe liberdade de consciência e tem como referência e fundamento o bem comum a tod*s para além das referências espirituais.

Reconhecer as pessoas como cidadãs cuja consciência se libertou de toda servidão e capazes de darem as si mesmas uma lei que as una.

O laicismo implica em autonomia: como capacidade jurídica e política, isto é, como soberania.

Ética e cívica: saber-se origem da Lei, à qual se obedece e, em decorrência, entender que tal obediência não tem nada a ver com a submissão ou com a servidão.

Liberdade de consciência, igualdade de direitos, bem común para além das diferenças.





Clericalismo:

Carateriza-se não apenas pelo exercício das funções clericais dentro da comunidade de fieis, mas também por uma ambição de poder temporal sobre a sociedade inteira.

Exerce uma tutela sobre a esfera pública

A igreja católica. Quando os europeus chegaram a esta parte do mundo, se perguntaram se os nativos teriam alma ou não. Temos alma? E se utilizou o batismo como forma de incorporação à humanidade.

O **Sumário da Natural Historia das Indias** é um dos primeiros livros que circularam sobre o Novo Mundo (Gonzalo Fernández de Oviedo)

- O Concílio de Elvira, no ano 300, dispôs que aos sodomitas eram negados os ritos religiosos em transe de morte e depois da mesma.
- No ano 342, Constantino, o Grande, primeiro imperador cristão, impôs a pena de morte para o delito de sodomia.

Em 390, Valenciano decretou a pena de morte na fogueira.

Justiniano, na codificação da lei romana, em 538, prescreveu para os homossexuais a tortura, a mutilação e a castração antes de da execução (Nicolas 1982: 46).

- Los índios de La Española y de otras islas del Caribe (a espanhola e outras ilhas do Caribe) são “de estatura um pouco menor que a comumente vista na Espanha,

e de cores escuras” ou seja morenos (Sumário, III: 91).

Não obstante, os “índios de Terra-Firme são da mesma estatura e cor dos que vivem nas ilhas, se se há alguma diferença se deve antes porque são maiores e não menores, especialmente os que atrás se diz que eran coroados, que eram reis e grandes” (Sumário, X: 115).

- Fernández de Oviedo descreve práticas sexuais nos índios contrárias a sua moral católica medieval, por exemplo, os indígenas tinham várias esposas e além disso “tomavam” outras mulheres, sem se importar que tivessem marido. Praticavam a sodomia: a sodomia se misturava com práticas igualmente abomináveis como o uso de flechas envenenadas com ervas.
- Este autor considera que as mulheres têm liberdades sexuais semelhantes aos homens. Por exemplo, as mulheres da Terra-Firme não “têm fim por serem viúvas, nem religiosas que guardem castidade”, ainda que “depois de conhecerem algum cristão carnalmente, lhe guardam lealdade se não ficar muito tempo afastado ou ausente” (Sumário, X: 123).

Na História Geral e Natural, Gonzalo Fernández trata das Amazonas, uma tribo constituída unicamente por mulheres, com práticas sexuais/sociais diferentes do modelo espanhol.

Com os conceitos de Raça, gênero e sexualidade:

Propõe-se um novo feminismo que desconhece a maternidade



como o melhor presente dado por Deus à mulher; igualmente se coloca que a homossexualidade como uma opção sexual a mais e não uma inclinação objetivamente desordenada. Há uma espécie de “clube internacional de promoção de aberrações sociais”, que promove o sexo recreativo como modelo de vida, caindo em muitas atitudes que afetam a saúde espiritual do cristão, e que estão à vista de todos. (Juan Luis Cipriani, Cardeal e Bispo do Peru, 2005)

Tutelagem:

Cidadania tutelada: Quando alguém está incapacitado para a representação de seus interesses, requer que alguma outra instância se encarregue de sua adequada representação.

Não requer um mérito especial, mas sim uma reconhecida incapacidade

Fatura Moral: promoção da solidariedade seletiva (no social, na política, mas não na sexualidade)

As forças armadas e a igreja

Supervisão e conteúdos do patriotismo

A garantia da ordem estatal.

Determinação da moral pública

Tutelagem:

Como se explica na América Latina e Caribe?

Sistema de servidão

Caudilhismo

Arranjos domésticos para a esfera pública

A ausência de autoridade na esfera doméstica foi coberta pela autoridade eclesial e estatal

A escola: espaço de socialização.

A leitura e a escrita como ferramenta de individuação.

A Lei não escrita: fortalecimento de poderes locais.

O comportamento militar dos escolares é o melhor sinal de ordem.

As fontes da moral, isto é, a responsabilidade individual, estão no ensinamento religioso e nas cerimônias correspondentes.

A esfera pública como extensão do mundo doméstico?

Visto a partir dos arranjos generacionais e de gênero.

Dificuldade par ver, perceber, imaginar um tempo histórico para a própria vida

Concordatas: arranjos morais e econômicos.

Isenção de impostos.

Subvenções

Responsáveis pelo ensino da educação religiosa nos colégios.

Resistência à educação em sexualidade

INDEX

Foi criado em 1559 pela Sagrada Congregação da Inquisição da Igreja Católica Romana (posteriormente chamada de Congregação para a Doutrina da Fé). O Index continha nomes de autores cujas obras estavam proibidas em sua totalidade, obras isoladas de outros autores ou anônimas e também um





detalhado repertório dos capítulos, páginas ou linhas que deveriam ser cortados ou riscados. Este trabalho era atribuído aos bibliotecários, que deviam cuidar destas obras antes de deixar que os livros chegassem às mãos dos leitores

Educação dos sentimentos:

Ninguém pode desejar aquilo que não imagina: culpa, medo, vergonha

O estado laico na América Latina e os debates atuais:

Na América Latina, durante o processo da independência, houve a Influência das ideias dos enciclopedistas e da revolução francesa e uma Debilidade nas posturas liberais. Os projetos de nação foram feitos com a igreja incorporada, o que é preciso agregar era chamado de “O Problema do Índio”. Com o liberalismo (fins do século XIX e início do século XX.) foi implementada a educação superior para as mulheres e o direito ao voto: Equador em 1929; Uruguai em 1932; Brasil e Cuba em 1934, e em alguns países também o divórcio.

O Estado Laico no Uruguai: eliminou em 1906 os crucifixos dos hospitais públicos e aprovou a lei do Divórcio (1907) e suprimiu o ensino religioso nas escolas públicas (1909).

No México, durante a revolução de 1910, foi estabelecido o estado laico e a Igreja foi proscrita. Em 1992, foram modificados os acordos entre o estado mexicano e a igreja católica.

Nos debates atuais, existem estes argumentos em jogo:

- Há uma maioria religiosa.

- A ALC é uma das regiões com maior número de Católicos.

Existe uma simbologia da legitimidade do catolicismo nos estados, por exemplo: se celebra o aniversário da pátria com uma Missa solene Te Deum (liturgia de Ação de Graças), o Crucifixo está nos Tribunais de Justiça, o juramento prestado nos Congressos é feito diante de um Crucifixo e uma Bíblia ou os espaços públicos têm imagens religiosas. Se são maioria, têm o direito de decidir?

Outros enfoques da argumentação afirmam que o secularismo deixou de ser uma resposta paradigmática para confrontar a religião e que a separação entre Igreja e Estado outorga à religião a possibilidade de se expressar no espaço público.

Estes outros enfoques são dados na perspectiva da Teologia da Libertação: a Igreja tomou para si os excluídos, as pastorais da solidariedade, as pessoas com HIV/aids, os pobres.

A Igreja se articula como um ator da sociedade e com isso pressiona o estado. Não se trata de denunciar a violação do princípio democrático de laicidade, mas de buscar novas formas de argumentação. A sociedade civil, como arena democrática, é também um espaço de articulação de setores retrógrados.

Existem novas articulações entre o estado e a igreja e novas formas de articulação entre a sociedade, a igreja e a religiosidade. Há uma dissidência religiosa no interior da própria instituição (algumas comunidades de jesuítas, Católicas pelo Direito de Decidir).



Ver o secular e o religioso, não de forma dicotômica mas encontrar seus vasos comunicantes. Dicotômico implica não ver as possibilidades de parcerias e alianças.

Os desafios conceituais seriam:

- O que é o secular e onde colocamos a espiritualidade.
- O que é um espaço público plural para a elaboração de propostas com relação a arranjos em sexualidade.
- Estratégias frente às assimetrias de poder
- Uma moral laica ou ser amoral

Os desafios políticos seriam:

- Campanhas pela laicidade em um continente que é profundamente religioso.
- Como visibilizar e politizar as demandas na área da sexualidade.

De quem são as responsabilidades políticas, das igrejas ou dos governantes?

Se uma das características da democracia é o jogo entre maiorias e minorias: como expressamos no espaço público nossas propostas em sexualidade e como se constroem o acordo?

Nos trabalhos de grupo foram propostas as seguintes estratégias:

1. Campanha de apostasia massiva em âmbito latinoamericano e caribenho. Escolher um dia simbólico, por exemplo, o dia dos criminosos em nome da fé e fazer uma declaração oficial que evidencie as violações dos DH e o lucro com as cifras

de pessoas batizadas. Os atores seriam a sociedade civil e as pessoas batizadas sob a ditadura do catolicismo.

2. Propomos-nos a conseguir que as leis do país se enquadrem exclusivamente em termos jurídicos, que reconheçam a igualdade de direito de todos os cidadãos, sem ingerência de credos religiosos ou de igrejas. Obtendo o respeito ao pleno gozo e desenvolvimento da cidadania.
3. Queremos articular uma rede de ação efetiva conformada pelos grupos vulnerabilizados por qualquer forma de discriminação. Queremos incidir na transformação de todos os âmbitos: cultural, educativo, social, jurídico, normativo.
4. Criar uma ouvidoria em nível nacional e internacional para examinar o efetivo cumprimento dos princípios consagrados nas constituições e tratados internacionais sobre princípios laicos e de DH.
5. Uma exposição fotográfica itinerante (nas ruas) com artistas famosos, temática: sentimento, espiritualidade, sexualidade, erotismo, sentimento, inclusão social e na perspectiva da cotidianidade. Tornar-nos visíveis e incluir-nos na paisagem coletiva e cotidiana. Nas ruas e espaços públicos de nossos países. Liberdade de expressão, a arte é universal e um bem público, DH
6. Impulsionar a participação de pessoas aliadas na tomada de decisões e no Estado, que tenham plena incidência nas políticas públicas.





7. Impulsionar os espaços de educação tanto em instituições de tomada de decisão quanto identificar a participação da cidadania para o efetivo cumprimento das políticas públicas e o rompimento de estruturas culturais.
8. Utilizar meios de comunicação alternativos para a desconstrução da tutela, politizando os atos de discriminação e violência que a igreja exerce na cidadania e comunidades vulnerabilizadas.
9. Construir um movimento inclusivo com organismos influentes em áreas estratégicas. Quer-se um processo no qual abordemos as diferentes áreas: religiosa, social, cultural e política para influir na sociedade e poder ter um plano de impacto político e estratégico para incluir pessoas da sociedade civil e instituições governamentais que apoiem o processo.

Argumentos para a democracia em um Estado laico

- Uma democracia que não reconhece os direitos das minorias não é uma democracia completa.
- Democracia: participação plena de todos os setores na criação de políticas efetivas livres de qualquer influência religiosa ou credos.
- Constituição e leis coerentes com a diversidade e necessidades de seus cidadãos.
- A Bíblia ou qualquer outro livro considerado “sagrado” não deve inspirar nem condicionar as expressões de vida nem as legislações dos estados

- A minoria deve ser levada em conta (princípio de equidade).
- O Estado deve ser laico para garantir os direitos fundamentais.
- Nenhuma igreja deve intervir nos assuntos do estado.

As avaliações dos participantes colocam este tema como esclarecedor. A noção de laicidade e a reflexão sobre o significado original o que damos à palavra ou conceito de laico ajudou a fortalecer o discurso. Também, ao ter um panorama da evolução do estado desde o século XIX, foi possível entender o Estado moderno e suas contradições.

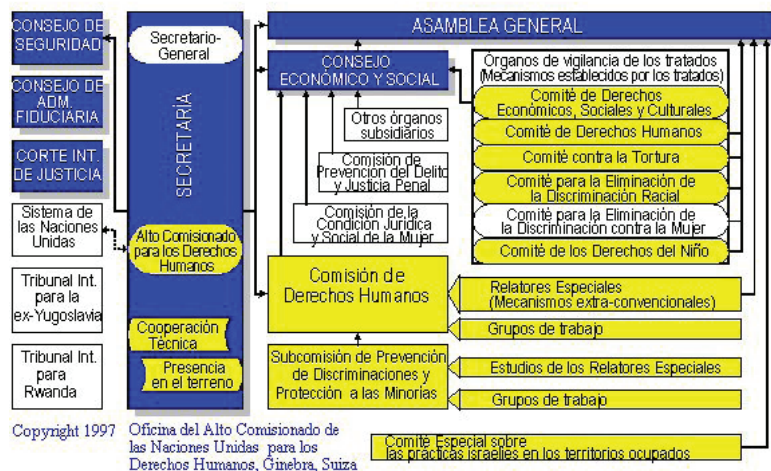
A dinâmica de criação de estratégias foi considerada como muito interessante uma vez que contribuiu para descobrir dilemas da laicidade e pensar alguma ação no âmbito da ALC que se contraponha às ações da igreja católica e fortaleça o estado laico.

Direitos Humanos de Lésbicas, Gays e Trans à luz dos instrumentos internacionais.

Marcelo Ferreyra

Como em institutos anteriores, Marcelo Ferreyra apresentou os labirintos do sistema das Nações Unidas, para entender que a consagração dos direitos é caminho difícil, mas não impossível.





O Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas (responsável por monitorar o cumprimento do Pacto de Direitos Civis e Políticos), em seu 89º período de sessões realizou um Exame dos Relatórios apresentados pelos Estados Membros com vistas ao artigo 40 do Pacto. Estivemos ressaltando os aspectos importantes das observações finais sobre o Chile (março de 2007), que inclui entre seus principais motivos de preocupação e recomendações, “a discriminação de que são objeto certas pessoas devido a sua orientação sexual, entre outros âmbitos, frente aos tribunais e no acesso à saúde. (Artigos 2 e 26 do Pacto)”, ainda que reconheça a eliminação da penalização das relações homossexuais entre adultos responsáveis. O Comitê recomenda garantir a todas as pessoas a igualdade dos direitos estabelecidos no Pacto, independente

de sua orientação sexual, inclusive a igualdade perante a lei e no acesso aos serviços de saúde. Deveria, também, por em prática programas de sensibilização a fim de combater os preconceitos sociais”.

São muito importantes estas recomendações a um Estado e têm influência em outros países. Dai, a estratégia de trabalhar a partir das organizações na elaboração dos relatórios sombra.

As e os participantes avaliam este módulo de forma positiva porque permite conhecer mais a intrincada trama dos mecanismos internacionais que se pode lançar mão quando se ofendem os direitos nos países. Aproximar-se das estruturas da ONU e da OEA oferece a possibilidade de conhecer os instrumentos internacionais que apoiam os direitos LGBTI nos quais se enquadram nossos países, ainda que resulte um pouco





desanimador saber que muitas vezes estes tratados não conseguem que nossos estados reconheçam ou incluam ou garantam os DH de todas as pessoas.

O importante foi saber que estes mecanismos existem e que podem ser utilizados.

Argumentações sobre direitos sexuais. Regina Soares

Regina Soares usou como quadro de referência as argumentações da Campanha por uma Convenção pelos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Uma vez analisado nosso contexto: um processo de globalização (econômico, político, cultural), mudança de época com antigos paradigmas de compreensão da realidade que já não servem mais. Nossos contextos mudam e nós mudamos por dentro.

A oposição binária começa a ser superada, em favor da pluralidade, mas ao mesmo tempo permanecem a divisão sexual do trabalho, a heteronormatividade e as estruturas sociais e institucionais “envelhecidas”, que não têm a capacidade de reconhecer estas mudanças.

Necessitamos uma democracia radical, não apenas representativa, formal... uma democracia que atravesse todas as relações sociais e também a sexualidade. Necessitamos garantir direitos iguais respeitando as diferenças sem hierarquizar-las, recuperar o corpo como espaço político, promover uma luta contra-cultural, combinando mudanças pessoais e sociais e transformar a mudança



simbólica, as mentalidades. As transformações que necessitamos não são somente materiais, mas também simbólicas.

A cultura é um campo de transformações por excelência porque é nela que se forjam os horizontes subjetivos e simbólicos das sociedades.

Os direitos estão em disputa, em conflito, são dinâmicos...

Ao considerar os direitos sexuais e os direitos reprodutivos como direitos democráticos, damos um salto conceitual, subjetivo e simbólico, que dá origem a uma proposta subversiva capaz de incorporar a conquista dos movimentos sociais e dos grupos não hegemônicos, enriquecendo o conceito tradicional de democracia.

O que fazem os grupos fundamentalistas? Universalizam uma visão cultural como sendo a única válida. Então é necessário

- Recuperar uma visão plural, democrática, complexa da



cultura. Falar das relações de poder, das cosmovisões, falar de nós mesm*s, recuperar dimensões individuais, interpessoais, construir relações sociais entre pares diferenciados.

- Reconceitualizar a liberdade como relacional – liberdade não é tudo o que se quer – nossa liberdade se define na relação com *s outr*s
- Repensar nossas concepções de prazer e prazer sexual. O prazer é diverso, múltiplo, vital, corporal, sensorial e emocional.
- Trabalhar com uma nova ética – uma ética pública, emancipatória, que sustente nossos direitos humanos, que recupere um sentido democrático da vida, onde os fundamentalistas não podem converter-se numa única visão.

Além disso, foi feita uma apresentação da Campanha por uma convenção interamericana dos Direitos Sexuais e Direitos

Reprodutivos. www.convencion.org.uy

Resultado do trabajo de grupos sobre a convenção. Que direitos deveria incluir uma convenção interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos?

DERECHOS SEXUALES

- Acesso à informação
- Direito à relação sexual (Quem decide com que idade se pode ter relações?)
- Acesso e gozo da saúde sexual
- Os Estados garantam uma saúde adequada (adequado atendimento médico com respeito à diversidade.)
- Direito ao acesso a medicamentos para DST em todas as idades.
- Direito de decidir sobre o próprio corpo
- Soberania-autonomia
- Direito à livre orientação sexual
- Que o estado reconheça a identidade sexual e de gênero que cada uma das pessoas decida adotar para si.
- Direito à integridade corporal: mudamos “consagrar” para “estipular”
- Agregar trans, intersex e menores de idade.
- Direito à privacidade.
- Direito à educação laica.
- Considerar as identidades sexuais e de gênero na educação.
- Direito ao exercício do trabalho sexual, com direito a benefícios sociais
- Direito a receber uma educação para a autonomia sexual (já que não temos educação para decidir, seria bom ter o direito à educação que promova a ferramenta para





- decidir e fomentar a autonomia)
- Autonomia erótica.
 - Direito de incluir uma perspectiva adolescente na sexualidade
 - Direito como pessoas privadas à liberdade de exercer seus direitos sexuais
 - Acesso à informação, ao auto-erotismo, à auto-exploração...
 - Informação levando em conta a diversidade sexual, (que na mídia não apareça somente o que é heterossexual)
 - Direito à livre expressão:
 - Além dos casais, incluir a perspectiva de poliamor (amor múltiplo)
 - Obrigatoriedade do Estado de trabalhar para mudar mentalidades sobre coisas que anulam a capacidade de decidir.
 - Educação sexual, acesso a uma educação completa, laica e científica.

DIREITOS REPRODUTIVOS

- Acesso à informação para a reprodução. Informação verdadeira, atualizada, objetiva e científica.
- Direito à contracepção universal.
- Direito à gravidez e ao parto seguro, assegurando-se

- a capacitação não só da parturiente mas também das parteiras e dotá-las de instrumental biomédico.
- Capacitação para medidas de bio-segurança a todas as parteiras.
 - Aconselhamento neutro, objetivo e imparcial
 - Assegurar a permanência no emprego após o parto.
 - Assegurar a difusão da informação
 - Informação não parcializada. Educação não enviesada.
 - Direito à intimidade e à confidencialidade
 - Direito à contracepção sem discriminação por idade e identidade de gênero
 - Acesso oportuno e gratuito à contracepção de emergência.
 - Nomear as mulheres lésbicas, heteros, bissexuais e os homens trans,
 - Direito ao aborto
 - Direito à adoção

O grande aporte foi poder contextualizar os direitos sexuais e os direitos reprodutivos em um mundo globalizado com toda a sua complexidade. Nem tod*s *s participantes conheciam a Campanha por uma convenção interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos, e foi possível compreender a necessidade de um instrumento internacional de DH neste âmbito e tudo o que implica. Ao mesmo tempo que o mundo





muda, persistem formas de opressão como a heteronormatividade, a divisão sexual do trabalho e estruturas que resistem às mudanças. Os direitos sexuais e os direitos reprodutivos devem ser entendidos no marco da democracia do Estado Laico. Esta oficina permitiu às e aos participantes compreender e participar do processo desta Campanha por uma convenção interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos.

Sexualidades e religião

Valeria Melki

Valeria Melki analisou a sexualidade na construção do pensamento católico.

Em geral, as religiões têm uma tradição de desvalorização da sexualidade. Na visão cristã ocidental, há uma vinculação entre o conceito de sexualidade e o lugar social e religioso das mulheres. Na igreja primitiva e medieval se tem uma ideia pessimista da sexualidade que instala um maniqueísmo, um dualismo extremo onde, de um lado, está deus, a santidade, a alma e do outro está a matéria, o sexo, o corpo. O sexo se equipara à impureza. Considera-se que o ideal é o celibato. O matrimônio não é condenado mas é considerado inferior à virgindade. Segundo Santo Agostinho, o ato conjugal era “puro” se estiver dirigido à procriação; a finalidade do casamento são os filhos, a lei é a fidelidade mútua e o significado sacramental é que é indissolúvel.

Na Idade Média, Santo Tomás de Aquino e a escolástica passam a mediar a moralidade dos atos humanos conforme a lei natural onde a criação é a expressão da vontade de deus e os seres humanos podem entender a vontade divina por meio da razão. A biologia marca um padrão importante desejado por deus: a cópula sexual produz filhos dependentes que necessitam de educação e sustento e, por causa disso, de uniões estáveis.

As consequências disto é que o sexo dentro do matrimônio se destina à procriação e o sexo fora do casamento é pecado, oposto à intenção de deus, é ato moralmente irresponsável.

O desejo sexual pode ser “perdoado” se estiver direcionado à procriação. Há uma separação entre prazer sexual e procriação, já que o prazer sexual por si só seria pecado, mesmo dentro do casamento. A mulher é totalmente desvalorizada, pois este enfoque pressupõe uma impossibilidade de relação amorosa devido às diferenças entre homem e mulher. Na realidade, a ideia é que o homem “usa bem” a mulher na procriação e a “usa incorretamente” se for para o prazer.

O matrimônio deve ser monogâmico e indissolúvel. A mulher ideal deve ser uma mãe assexuada, honesta e uma esposa frígida. No período moderno, a sexualidade é igualmente reprimida e controlada, nos atos sexuais e no corpo da mulher que deve ser obrigatoriamente passivo. Os pecados são classificados em: os que estão “de acordo” com a natureza e permitem a procriação (adultério, estupro, incesto e rapto) e os que vão “contra” a



natureza, já que não permitem a procriação (a masturbação, a homossexualidade, a sodomia).

As consequências destes conceitos são uma moralidade negativa, legalista, centrada nos atos individuais, definida por absolutos morais e que não considera valores orientados à pessoa.

De todo modo, sempre houve dissidências a estes conceitos, por exemplo no séc. XV, Maton Le Maistre disse: “Nem toda copulação dos esposos não dirigida à geração de descendência é um ato oposto à castidade conjugal”.

Ou Tomás Sánchez que, no séc. XVI escreveu: “Não é nenhum pecado que os esposos se unam simplesmente como esposos”.

No período contemporâneo, Pio XI escreveu “Sobre os conjugues castos” em que se por um lado há uma visão um pouco mais centrada na pessoa, o que é um avanço, encontramos contradições como a que afirma que o ato sexual deve ser aberto à procriação e por outro lado fala da possibilidade de um planejamento “natural”. Já o Vaticano II define o sexo como o relacionamento interpessoal entre marido e mulher e centra a moralidade na pessoa.

Paulo VI em “Sobre a vida humana” proíbe os métodos artificiais de planejamento familiar. João Paulo II dá um passo a mais

dizendo o control “artificial” da natalidade é moralmente censurável em sua carta intitulada “O esplendor da verdade”.

Concluindo sobre este ponto, a herança da tradição moral cristã sobre a sexualidade é a condenação do desejo e do prazer sexual, a vinculação da sexualidade à procriação e a inferioridade das mulheres (reduzida à função procriadora).

Outro dos temas amplamente abordados por Valeria Melki foi a violência, mais especificamente, a violência simbólica e a

exclusão exercida contra lésbicas, gays, transgêneros, bissexuais e intersexuais.

A violência é uma violação de direitos (civis: à vida, à circulação, à liberdade de consciência e de culto. Políticos: direito de votar e ser votad*, à participação política. Sociais: à moradia, saúde, educação, segurança. Econômicos: emprego, salário. Culturais: direitos de manter e manifestar sua própria cultura.)

Conforme o espaço onde ocorre, a violência pode ser doméstica, institucional, etc. Dependendo de quem a sofre, é violência contra a mulher, contra a terceira idade, contra a infância. Relativamente a quem a comete é auto inflingida, interpessoal, coletiva. Segundo sua forma de manifestar-se é física, sexual, psicológica, simbólica.





A violência simbólica é uma forma invisível de coacção que se apoia, muitas vezes, em crenças e preconceitos coletivos. A violência simbólica é gerada com a fabricação contínua de crenças no processo de socialização, as quais induzem a pessoa a interpretar o mundo conforme os critérios e padrões do discurso dominante.

A diferença entre a regra e a exceção está no fato de que a exceção deve ser justificada. Norberto Bobbio (Igualdade e Liberdade, 1995:10)

O gênero é uma construção social e histórica que se traduz em uma valoração diferenciada e hierarquizada daquilo que se considera masculino e feminino (o masculino é mais valioso, honrado e digno, o feminino é desvalorizado). Algumas religiões legitimam a subordinação da mulher através de crenças que sustentam a violência, por exemplo, no “Gênesis”, Eva cedeu à tentação e levou Adão a pecar causando assim toda a desgraça do mundo. Além disso, Deus criou o homem a sua imagem e semelhança e lhe ordenou que dominasse a terra e subjugasse a todos os seres vivos.

A violência simbólica exercida sobre lésbicas, gays e transgêneros se funda no preconceito de gênero e na estigmatização:

- Gays, travestis e mulheres transexuais
 - são vítimas deste preconceito por aproximar-se, supostamente, ao feminino é socialmente desvalorizado.
 - são associados à pedofilia, ao escândalo e à

promiscuidade;

- e ainda são vinculados ao HIV e à Aids.

- Lésbicas:
 - por serem independentes de um homem sexualmente, afetivamente e economicamente.
- As lésbicas e homens trans
 - são vistos como impostor*s ou em concorrência com os verdadeiros homens.

As PRÁTICAS DISCURSIVAS marcam as realidades. A linguagem não apenas nos diz como é o mundo mas também constroi a realidade. Nossa identidade é determinada pela linguagem. A linguagem é ação sobre *s demais e influi na conformação e desenvolvimento das relações sociais e das práticas. A Religião exerce violência simbólica sobre o que chamamos de diversidade sexual. Vejamos alguns fragmentos do catecismo católico:

- 2357¹. (...) Baseando-se na sagrada escritura, que os apresenta como graves depravações, a tradição sempre considerou os atos homossexuais como intrinsecamente desordenados, contrários à lei natural. Diz que fecham o ato sexual ao dom da vida e não procedem de uma verdadeira complementariedade afetiva e sexual. Em nenhum caso

¹ Catecismo Católico. http://www.vatican.va/archive/ESL0022/_P86.HTM



- podem ser aprovados
- 2358. (...) Estas pessoas são chamadas a realizar a vontade de Deus em sua vida e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do senhor as dificuldades que podem encontrar por causa de sua condição.
 - 2359. As pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Com as virtudes do autodomínio, educadoras da liberdade interior, às vezes com o apoio de uma amizade desinteressada, através da oração ou pela graça sacramental podem e devem aproximar-se da perfeição cristã.

Um grupo evangélico em Recife, a igreja “Cristo Vive”, foi acusada de promover o ódio contra homossexuais. Faz três anos, o pastor começou a fazer “cultos externos” com um carro de som e dizia “Estamos afastados da palavra de deus, por isso perdemos nosso uso natural e os homens comportam-se como mulheres e as mulheres como homens... filhos do demônio”

Há outros grupos evangélicos que crêem que a expressão pública do afeto entre duas pessoas do mesmo sexo é um sinal do fim do mundo.

Outro exemplo é que pensam que enquanto houver uma única pessoa que não se converta, ninguém será salvo na face da terra.

FUNDAMENTALISMOS RELIGIOSOS Y DIVERSIDAD SEXUAL

As grandes religiões monoteístas são as que mais dificuldades

impõem à aceitação social da homossexualidade, ainda que a maior parte das religiões tradicionais também tenham algum grau de rejeição.

O conceito de família, heterossexual e monogâmica – vem dessa ideologia. A ideia de que a função da sexualidade é somente para a reprodução contribui para a cristalização de preconceitos ainda que a maioria d*s latinoamerican*s não sigam todas as recomendações religiosas.

- **Hay tres temas para debatir:**

1. A suposta condenação bíblica da homossexualidade advém da aproximação dos homens papel reservado às mulheres. Baseia-se no fato de que um homem se aproximar do feminino, tornar-se parecido com uma mulher ou se comportar-se sexualmente como uma mulher. Está, por isso, cimentada na desigualdade de gênero fundante do cristianismo.
2. A homossexualidade feminina não aparece na bíblia, Isto nos remete tanto à posição falocêntrica ocidental, quanto à condenação cultural da sexualidade (aproximar-se de um altar para exercer o culto em estado de impureza) não alcança as mulheres, não lhe concerne porque elas já estavam apartadas do poder ritual desde sempre.
3. Há passagens, tanto do antigo quanto do novo testamento, que não são aceitos. Por que algumas passagens foram



deixadas de lado e outras continuam sendo utilizadas, como as supostamente falam de homossexualidade?

Este discurso perpetua a desigualdade entre homens e mulheres e entre o masculino e o feminino; cria e mantém a fronteira entre o “nós” – determinando o que é normal, e portanto aceito e valorizado – e “os outros”, que devem ser rejeitados; cria condições para o controle das sexualidades e dos corpos, dos comportamentos e pensamentos e oferece alternativas sagradas, dentro de um vasto mercado religioso, de redenção dos pecados e a salvação.

- Utilizam fortemente os meios de comunicação de massas, rádio e TV;
- Atuam em políticas públicas, impedindo a aprovação de leis.
- Não criam novos preconceitos, mas dão uma base social para os que já existem
- Legitimam a violência contra LGBTTI;
- Difundem preconceitos e discriminação.
- O proselitismo agressivo pode incitar a crimes de ódio.



Os impactos que isto produz:

Segundo o Relatório Políticas, Direitos, Violência e Homossexualidade – Pesquisa na 9ª Parada do Orgulho GLBT de São Paulo 2005:

- 73,6% das pessoas LGBTTI foram criadas na Religião Católica, mas apenas 28,5% são católic*s atualmente;
- Segundo o Censo 2000 (Brasil), apenas 7,4% da população se declara sem religião, mas entre l*s participantes da pesquisa 40,8% declararam não ter nenhuma religião;
- 22,7% de tod*s *s entrevistad*s declararam ter sido vítimas de marginalização ou exclusão em ambientes religiosos.





Considerações finais:

1. A religião católica permeia as relações e afeta inclusive a quem não segue esta religião;
2. A condenação da homossexualidade é internalizada desde muito cedo inclusive quando ainda não está claro o que é homossexualidade.
3. O sofrimento resultante é intenso, penoso e perdura, inclusive quando a homossexualidade é racionalmente aceita de forma mais ou menos tranquila.
4. A negação é uma forma comum de lidar com a dor da rejeição e o preconceito: ou se escolhe negar a religião que causa esse incômodo ou se nega o próprio sofrimento.

Um dos aportes deste módulo foi o conceito de violencia simbólica que trouxe à tona as “armadilhas” dos

fundamentalismos sobre a sexualidade, permitiu aprofundar sobre a discriminação e as origens da mesma, conhecer o poder injustificado do medo que o sexo provoca na igreja e ver como a igreja colabora com o ódio para com a mulher e para com a comunidade LGBTI. Refletiu-se sobre a influência da religião no imaginário popular e que é assim nesse contexto da “espiritualidade” onde se escondem os preconceitos e a ideologia para castigar, qualificar e degradar.

Objetivo específico 3: Crear estrategias de acción conjunta.

Estratégias de comunicação

Marlene Wayar

Marlene Wayar trabalhou as estrategias comunicacionais de uma forma original e participativa.

Travesti: palavra com força revolucionária, vinculada à prostituição.

Prostituição: reivindicá-la quando for uma opção de vida e não uma imposição do estado.

Exercício 1

Por num papel uma palavra que queira dar de presente a alguém



(que pode estar no outro lado, alguém de quem se goste) e com esse papel na mão Parad*s com o papel na mão...

passeamos e o entregamos à pessoa mais próxima. O que está no papel é que se presenteia à pessoa.

Há que tratar de dizer que não apenas somos pessoas (com a idade que tenhamos) cuidando em dizer quais são nossas exigências de direitos, mas também que temos que buscar a menina ou o menino que fomos e pensar no que se necessita. Quando os pais católicos se opõem a que haja educação sexual, é preciso fazer um esforço para ver que o direito sempre é o direito da menina ou do menino em receber a educação e escolher o que lhe parece bom.

Fazer o exercício de voltar à menina e pensar em seus direitos é uma forma de construir o pertencimento.

Cada participante contou uma história sua da infância. Histórias tristes, histórias alegres, profundas, histórias de discriminação, de repressão, de violência,



também de amor, de generosidade, de esperança, que geraram um momento muito importante no instituto, umas horas mágicas repletas de uma partilha intensa e solidária.

Depois se trabalhou sobre uma dramatização de um programa de TV similar ao “Laura na América”. Nele eram representadas várias situações que deviam lidar com argumentos fundamentalistas, por exemplo, uma entrevista com um casal formado por um homem trans grávido e uma travesti.

Isto gerou reflexões sobre intervenções nos meios de comunicação.

Também se trabalhou sobre a voz. Cada pessoa escreveu seu nome e nacionalidade num pequeno cartaz de mesa como se fosse fazer uma fala numa mesa redonda e uma faixa (como de miss, feita de papel) para fazer uma máscara com ela. Mudaram de lugar e ocuparam o de outra pessoa. Cada participante devia destorcer sua voz com a ajuda de um copo de plástico





As e os participantes viram esta sessão como “humanizadora“, geradora de solidariedade e teve como resultado a melhora da comunicação entre participantes (tendo contribuído para tal a diversidade identitária, etária e cultural d*s participantes). Permitiu ver as profundidades e dali extrair reflexões muito poderosas para tratar de entender a si mesm*s e também arrancar esses fundamentalismos que cada um traz consigo, permitiu dar-se a oportunidade de ser, simplesmente.

Conectou e tocou o pessoal com o político e a necessidade de reconhecer-se como ponto de partida para trabalhar: “foi o tenho em minha frente também uma história de vida respeitável”. Definitivamente, fez viver novas formas de comunicação e ferramentas de transformação.

Ações exitosas na região NEUSA CARDOSO de MELO

Neusa Melo começou dando um panorama regional e proporcionando alguns exemplos de experiências bem sucedidas. Em nosso contexto regional, encontramos uma grande influência católica na formação da sociedade, grande crescimento das igrejas evangélicas, manutenção da influência religiosa nos governos,

influência nos parlamentos, violação dos direitos LGTBI e uma população, em geral, favorável ao Estado Laico. Sobre isto, apresentou os resultados de uma pesquisa que mostra a maioria

dos católicos favoráveis ao estado laico % d*s que responderam baseados na diversidade das opiniões (psquisa IBOPE/ CDD/Fev/2005)



	presidente	legisladores
Bolívia	75%	76%
Colombia	80%	81%
México	92%	93%
Brasil	85%	86%

No México, em 2006, foi aprovada a união de pessoas do mesmo sexo e, em 2007, foi aprovada a legalização do aborto no México, DF. Em 2007, foi o encontro lésbico-feminista latinoamericano e caribenho no Chile.

No Uruguay, foi aprovada a lei de união civil e, em 2008, o parlamento aprovou a lei do aborto que foi vetada pelo presidente.

No Brasil, aconteceram as jornadas brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro e com relação ao Movimento LGBT, houve a Parada do Orgulho LGBT em todo o país e um projeto de lei anti-





discriminação.

Neusa convidou *s participantes a contar experiências exitosas em seus países y cidades. Este é um resumo dos resultados:

- Apoios nas paradas do orgulho na grande maioria dos países: de outras organizações e em alguns casos também institucionais.
- Avanços legislativos em vários países, como a inclusão da não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas novas constituições do Ecuador e Bolívia, a eliminação do artigo de penalização da sodomia na Nicarágua, direito à identidade de gênero no Uruguai, lei de penalização da violência contra as mulheres (Costa Rica), inclusão do respeito à orientação sexual na lei de juventude da República Dominicana, plano nacional de saúde sexual e reprodutiva que incorpora orientação sexual (Paraguai), lei contra toda forma de discriminação contra a mulher (Venezuela)
- Boas práticas como o reconhecimento em geral da identidade de gênero no sistema de saúde e educação na Argentina.
- Parcerias e alianças estratégicas com organizações de DH, feministas, com governos locais e nacionais em alguns casos
- Consegue-se colocar o tema no debate público em todos os países

- Em alguns países, avança a despenalização do aborto (México,
- As sentenças da Corte Suprema da Colômbia
- Capacitações junto à polícia (Ecuador)
- As conferências estaduais e nacional LGBT no Brasil e o programa Brasil Sem Homofobia

A importância deste módulo foi conhecer os avanços na América Latina e igualmente as dificuldades em outros países da região bem como as estratégias que cada um/a vem implementando. Com uma interessante dinâmica abriu-se uma visão bastante ampla do que ocorre nos países sobre o enfrentamento dos fundamentalismos. Percebeu-se como essencial conhecer as estratégias, as ações exitosas de nossas organizações, sobretudo no nível político e as campanhas e ações da região (caso México e Uruguai). Isso forneceu ideias sobre como organizar-se em espaços políticos e ver os progressos em matéria de leis.

As companheiras colombianas, Tatiana e Ana Lucia, compuseram a seguinte canção:

Por aqui, em Medellin
buscamos a apostasia
para nos libertarmos
da severa hipocrisia



Da severa hipocrisia
Livramos Bogotá
Marchando todos os anos
Para mudar nossa cidade

Para mudar nossa cidade
Estamos articulando
O trabalho popular
De quem está empolgado



De quem está empolgado
Mas carregado de ideias
Fazemos contracultura
Com arte e com algazarra

Com arte e com algazarra
Criamos novas linguagens
Forjamos distintos mundos
Onde não podem acabar conosco
De equidade e liberdades

Nós latinoamericanos
Podemos romper fronteiras
Fazendo todos e todas
Uma mesma ação direta

Documentação de casos de violações dos DH de LGBTI por Fundamentalismos. Marcela Sánchez Buitrago

¿QUÉ ES DOCUMENTAR UN CASO?

Documentar é realizar um processo de coleta de informações para:

- Converter uma denúncia, um boato, uma informação divulgada em um CASO / construir um problema
- Identificar a(s) vítima(s)
- Estabelecer os fatos
- Gerar provas da violação de um direito / marco legal (ex. Travesti na cadeia)
- Designar responsáveis diretos e indiretos
- Sistematizar as informações
- Formalizar informações precárias
- Gerar informações que não existem dessa maneira /





obrigar a pedi-las / obrigar a informar

Por que é importante documentar?

- Ganhar credibilidade / RIGOR
- Construir memória
- Obter reparação
- Restabelecer a dignidade das vítimas
- Conseguir garantia de não repetição (prevenção)
- Criar consciência
- Visualizar a situação de DH (tendências, padrones)
- Sustentar a necessidade de respostas institucionais (negação política da violação de um direito)
- Fazer pesquisa acadêmica
- Buscar a partir de casos / generalizações com levantamentos

Quais são os objetivos finais de uma documentação? O que se quer conseguir? Qual é o fim?

Documenta-se para:

- Judicializar casos existentes nos níveis nacionais e internacionais – resolvê-los pontualmente ou fazer com que se tornem estratégicos
- Judicializar casos provocados
- Preparar relatórios de direitos humanos para produzir: relatórios sombras, documentos especializados,

sustentação de
projetos de lei,
sustentação de
políticas públicas

- Sensibilizar públicos gerais e essenciais
- Produzir conhecimento sobre um fato relevante para um grupo de pessoas
- Contribuir para a redução da violação de direitos
- A ação a empreender depende do momento em que esteja o caso
- Queixa administrativa
- Solicitação de direito (pensão) individual
- Negação no nível nacional



Quais são os passos para documentar um caso? Modelo Ideal

1. Planejamento (cronograma / previsão e condições)
2. Criação de um problema de pesquisa – o que / estratégia vs caso concreto



3. Definição de objetivos – para que
4. Relação com um marco legal
5. Reconhecimento da incidência do contexto
6. Definição de possíveis fontes de informação (primárias e secundárias)
7. Definição de técnicas de coleta de informação / definição de formatos – o como
8. Realização do trabalho de campo – desenvolvimento
9. Sistematização das informações
10. Análise / marco de direitos / contexto
11. Consignação da informação / Redação de informe/ relatório
12. Divulgação das informações a diferentes públicos

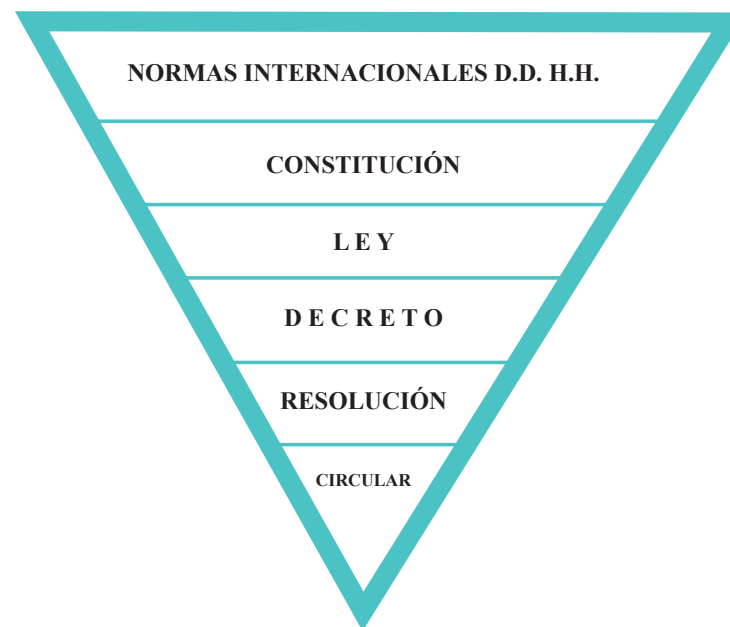
A documentação não é um processo linear, deve ser flexível.

Quais são os marcos legais?

Convenções, declarações, pactos, protocolos opcionais, tratados /
ESPECÍFICOS OU GERAIS

- Estão acima das Constituições Nacionais?
- Quais são seus mecanismos de acompanhamento / periodicidade
- Relatores/as
- Grupos de trabalho
- Relatórios de país
- Jurisprudência (Nacional e internacional)

- Leis, acordos/decretos/ circulares



Aspectos normativos e práticos:

- Direito à igualdade nas constituições
- Abster-se de atos discriminatórios
- Abolir leis e costumes que discriminem
- Normas provisórias para compensar desvantagens tradicionais
- Obrigação de progressividade





Quais são as dificuldades para documentar um caso?
Estruturais

- Não existem sistemas de informação (nem públicos nem privados) / dificulta o trabalho d*s defensor*s de DH.
- Legitimidade social das violações de direitos
- Inconsistência nos dados
- Impunidade / ausência de investigações precedentes
- As vítimas não conhecem seus direitos
- As vítimas ou familiares temem denunciar ou sentem vergonha
- Temor de revitimização
- Desconfiança do sistema

- Desconhecimento de mecanismos de denúncia
- Situações limites (abuso policial, mortes violentas, violência sexual, reclusão) e sua influência em Provas
- Contextos particulares (ilegalidade, conflito armado)
- Casos de mulheres? / invisíveis? Vs travestis visíveis e com menos ferramentas
- Homens Trans
- Crianças
- Relação com outras variáveis / peso de cada uma delas
- Tempo que já passou desde o fato
- Relação da vítima como o/a perpetrador/a (pai, mãe, professor/a, policial, guarda)
- Pensar medidas de proteção imediata

É preciso levar em conta:

- A segurança das pessoas
- A segurança da equipe
- Apoio integral para as vítimas (se necessário) e o que requer (apoio psicológico, médico, legal)
- Consentimento esclarecido por parte da vítima
- Confidencialidade
- É “vítima” vs não revitimizar
- Assuntos éticos (algumas provas, relação com família que desconhece a situação)

- Não gerar expectativas, ou esclarecer os alcances e os riscos para as vítimas
- Legalidade da prova / expectativa razoável de privacidade.

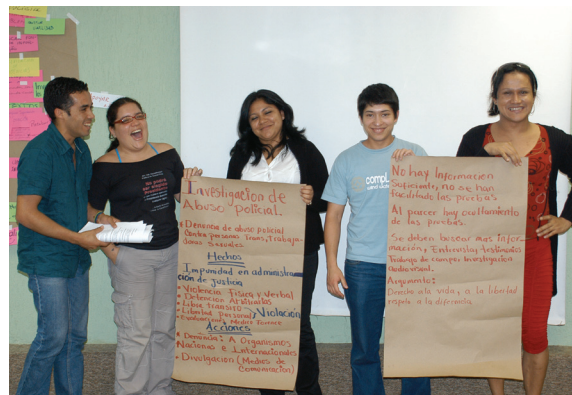
Que técnicas de coleta de informação são utilizadas para documentar?
Primárias e Secundárias

A informação coletada serve para:

- Corroborar algumas hipóteses (busca ativa de provas; nesse sentido porque se parte de uma denúncia concreta) ou,
- Para caracterizar um problema, do qual nada se sabe

Secundárias

- Relatórios prévios específicos ou gerais (invisíveis) 7 mulheres
- detenções arbitrárias
- Bancos de dados de outras organizações



- Atestados de óbito
- Atestados e registros policiais
- Legislação, jurisprudência, decretos
- Relatórios de tramitação
- Monitoramento da mídia (sensacionalista)
- Gravações oficiais
- Direitos de petição

Primárias

- Entrevistas com vítimas, familiares e testemunhas, funcionários/as, jornalistas
- Uso de gravador
- Fazer anotações (inclusive linguagem não verbal)
- Técnicas de entrevista
- Grupos focais
- Fotografias / vídeos
- Visitas de campo
- Mapas (Fundação Santa María)
- Desenhos da equipe e das pessoas

Os formatos

- Criados pela equipe



- Usar existentes

Dados básicos que devem constar

- Vítimas
- Fatos
- Supost*s responsáveis

Sistemas de informação: conjuntos de casos / bancos de dados próprios

Trabalho em grupos:

Investigação de abuso policial

Denúncia de abuso policial contra pessoas trans profissionais do sexo

Fatos: impunidade na administração da justiça

Violência física e verbal

Detenções arbitrárias

Violação ao direito de ir e vir e à liberdade pessoal

Avaliações pela medicina forense

Ações: denúncia a organismos nacionais e internacionais e divulgação em meios de comunicação

Não há informação suficiente, as provas não foram facilitadas, ao que parece as provas foram ocultadas. É preciso buscar mais informações, entrevistas, testemunhos, trabalhos de campo, pesquisa audiovisual.

Argumento: direito à vida, à liberdade, respeito às diferenças.

Caso Carla:

Objetivo visualização e reconhecimento por parte de Estado dos crimes de ódio por orientação sexual e identidade de gênero.

Caso: homicídio de trans feminina assassinada a punhaladas.

Fatos: no dia 26 de novembro, às 4h da madrugada na Avenida Paulista, se encontrava Matilde que foi agredida e em seguida assassinada por um desconhecido.

Ação: denúncia ao Estado nicaraguense perante a Corte Interamericana de DH

Outro caso:

Descrição: a comunidade LGTBI não foi incluída nos planos de desenvolvimento dos municípios.

Fatos: as administrações municipais consideram que o trabalho com LGTBI deve estar a cargo de organizações da sociedade civil. O acesso da população LGTBI à saúde e educação é muito difícil. Justifica-se a negligência pela ausência de queixas, falta de proatividade e invisibilidade.

Observam-se os estereótipos: concurso de beleza. Justificam-se gastos com grupos “gerais” nos quais se pressupõe que estejam incluídos os LGTBI. Há uma falta de interesse LGBTI.

Tipologias: o estado não adota medidas jurídicas positivas com participação eficaz. Deve garantir o acesso à educação. Não há medidas para eliminar preconceitos e não se coloca à disposição um serviço de saúde adequado, para homens que fazem sexo com homens, para pessoas com HIV, para profissionais do sexo.



Prova: respostas a direitos de petição.

Trabalho de campo, locais de referências.

Responsáveis: autoridades municipais, prefeitos, secretaria de educação, de saúde, planos nacionais.

Dificuldades: não conhecer o conceito de direito a petição. Não ter organizado as informações antes de começar a leitura por data.

Outro caso:

Demonstrar que a transformação das trans é uma questão cultural e de saúde (entendida como bem-estar físico, mental e social).

Direito à saúde, direitos econômicos. Caso de reconstrução de seios... Sistema de saúde. Registros testemunhais. Não é uma questão estética porque ninguém perde a vida com isso.

Materiais: diários, registros médicos relacionados a procedimentos de risco. Investigação sobre as técnicas de transformações corporais usadas pelas travestis de acordo com as possibilidades econômicas.

Marcha cristã em Bogotá:

Com o objetivo de evidenciar o aumento de preconceitos que impedem o exercício de direitos e políticas públicas para a população LGTBI por causa das demonstrações públicas e da homofobia.

Descrição do caso: incidência dos grupos cristãos em decisões de política pública.

Os fatos: debate no senado, direitos dos casais do mesmo sexo, debate na Câmara de Bogotá, política pública LGTBI. Marcha contra as políticas LGTBI. Opiniões e ações parcializadas de

políticos cristãos contra a cidadania da população LGTBI.

Ação: solicitar a criação de um comitê fiscalizador do direito de expressão que se baseie no artigo 13 da convenção americana de DH

As avaliações d*s participantes consideram que o aporte trazido por este módulo foi o conhecimento de como conseguir documentar os casos para constitui-los em ferramentas de defesa, a clareza sobre processos de documentação e importância dos mesmos para a memória e a restituição de DH. Saber detectar o básico para iniciar um processo de documentação. Com uma exposição muito didática e participativa, foi compreendido o rigor necessário à forma de apresentar os casos. Levar em conta como estabelecer os fatos, sistematizar as informações, etc. em suma, documentar corretamente as informações para melhorar uma postura frente à confrontação fundamentalista.

A documentação correta confere credibilidade e, consequentemente, força ao movimento, é algo a que normalmente não damos tanta importância mas nos permite levar casos adiante em nível nacional e internacional

Resistindo e desafiando os fundamentalismo religiosos.

Juan Marco Vaggione

Juan Marco Vaggione decidiu dar o mesmo título que a iniciativa de Avid para se fazer conhecer a investigação desta organização.

Juan Marco Vaggione começou dizendo que o sexual e o religioso





que deveriam ser esferas privadas são o que há de mais presente nas políticas públicas.

As religiões não retrocedem, são cada vez mais públicas, mais políticas e exercidas a partir de diversos espaços.

Discursos autoritários e exclusivos, mas também possuem discursos inclusivos.

Se a modernidade pensou que a sexualidade era o íntimo, na realidade, trata-se de um eixo político, não só porque o pessoal é político, mas porque tem alianças e estratégias distintas.

Os exemplos nos dizem que os Direitos Sexuais e os Direitos Reprodutivos incluíram uma nova dimensão do político

E agora há novos acordos políticos a este respeito.

E estas duas dimensões se cruzam
O que cruza religião e sexualidade nos dá a dimensão mais política dessa problemática.

Duas maneiras de pensar este cruzamento entre religião e sexualidade.

A religião: uma das barreiras fundamentais da sexualidade. Opositor, o antagonista.

As religiões medem a intensidade do sentimento religioso,



A hierarquia da igreja católica se converteu no obstáculo maior.

A forma hegemônica do exercício do poder se fraturou: esse controle de família nacional e católica, etc. A hegemonia como estruturadora da cultura e de negação da sexualidade se fraturou ainda que não tenha sido quebrada.

Hoje se legitimam distintas alternativas a favor dos Direitos Sexuais.

A igreja, ao perder uma forma de controle do poder sobre a

sexualidade, já começa a atuar de outra maneira. Por exemplo, na Espanha a igreja saiu nas ruas para protestar. A rua era um lugar da esquerda, não da igreja (a não ser quando havia procissão). Mas as pessoas saíram às ruas contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Também em âmbitos internacionais, na ONU, quando viram a estratégia do feminismo se retiraram da arena

As novas estratégias dos

fundamentalismos são muitas. Querem frear e fazer retroceder, por exemplo nos EUA, na Nicarágua. Em temas como o aborto, fazem debater se a contracepção de emergência é negativa, essa é sua armadilha, fazer com que discutamos isso.

A religião também pode ser uma fonte de libertação, também



muda e responde a padrões de poder dos diversos momentos históricos. Atualmente, a religião é dinâmica em relação à sexualidade.

Se por um lado é a barreira, por outro a religião também está sendo transformada para a diversidade.

As pessoas vão crendo de maneira diferente.

As pessoas continuando acreditando.

A ideia era de que na modernidade as pessoas deixariam de crer, de ter fé, mas isso não aconteceu, as pessoas não perderam a fé.

Todo mundo imaginava a religião batendo em retirada. As pessoas creem de forma mais flexível e negociada.

As pessoas não creem de acordo com o dogma que as faz crer mas negociam seu sistema de crenças de maneira articulada.

Há muitas pesquisas que mostram que as pessoas podem continuar identificando-se como católico e ser a favor dos Direitos Sexuais, como o aborto, etc.

O interessante não é a dupla moral. A mudança importante é que as pessoas articulam seu sistema de crenças com uma concepção da sexualidade que não tem nada que ver como a igreja diz. Não veem que seja uma contradição ser lésbica e católica, por exemplo. Essa é uma mudança paulatina e silenciosa entre religião e sexualidade.

Não se trata aqui de moral dupla mas de articulação de uma identificação religiosa com uma forma de sexualidade que nada tem a ver com as hierarquias eclesiais.

O desafio é entender que muita gente continua acreditando e tendo fé.

Estas mudanças são individuais e coletivas. Há igrejas que mudam sua perspectiva frente à diversidade sexual.

O feminismo e os grupos LGTBI também impactam o sistema religioso, não apenas os sistemas de crença que influem, mas reciprocamente. É uma coisa de mão dupla. O exemplo da igreja anglicana que aceita bispos gays, trans e lésbicas nos aproxima desta ideia.

Vão sendo geradas mudanças no nível da sexualidade: as teologias são reinterpretadas e há um impacto político que continua inexplorado.

A teologia não é só um discurso religioso mas também político. Há níveis de pluralização dentro do sistema de crenças, abrindo brechas.

Quando se pensa religião e sexualidade, é sempre preciso ter em conta esses dois olhares.

Estratégias para politizar o pluralismo. A visibilização de católicos que dissidentes é importante para mostrar não são monolíticos.

Pluralismo no interior das diferentes manifestações religiosas. Não existe um vértice único

Como chegarmos a sociedades mais justas? Juan Marco Vaggione apresentou a pesquisa da Awid sobre fundamentalismos religiosos (www.awid.org)

Que outros nomes podemos dar aos FUNDAMENTALISMOS

religiosos?

NEO-INTEGRISMOS ORTODOXIAS PÉLVICAS.

De acordo com *s participantes, a discussão resultou fundamental para encontrar o caminho mais claro rumo à articulação com outros movimentos. O fato de relacionar os fundamentalismos com a pobreza é uma questão essencial. Ajudou a entender que nas igrejas, sendo estas instrumentos do capitalismo manipuladoras e controladoras das vidas das personas, não se pode minimizar isto, nem deixar de estudar os mecanismos que cada qual utiliza para manter as pessas, apesar da modernidade, perto deles. Também foi incluída a possibilidade de articular algumas ações e estratégias com setores desta que não sejam



fundamentalistas.

Aportou principalmente a consciência de que os fundamentalismos estão fazendo novas propostas que atraem cada vez mais gente. Suas estratégias estão de fato funcionando e, por isso, são tan perigosos para os LGBTI, pois têm atuado unidos no discurso, mas também há LGBTI dispersos ocupando espaços de esquerda.

Estratégias frente aos fundamentalismos. Rosa Posa Guinea

Tratamos de analisar, por um lado, possíveis ações locais, (pensando em conteúdos, objetivos, lugares, aliados, possíveis reações adversas, como enfrentá-las e consequências imprevistas indesejadas) e, por outro, uma ação ou ações simultâneas. Este é o resultado do trabalho em grupos:

Estratégias comuns:

- apoiar as estratégias de Católicas pelo Direito de Decidir
- apoiar a Campanha por uma convenção interamericana dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
- Divulgar e unir-se à proposta de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
- Desarticular o poder ideológico da Igreja Católica
- Trabalhar a unidade dos grupos vulneráveis mediante o respeito à diversidade, defendendo pontos comuns, unificando critérios e socializando as informações
- Comemoração do dia 13 de Outubro, dia das rebeldias

lésbicas

- Criação de uma rede eletrônica para compartilhar informações, metodologias alternativas, arte, etc.



Articulações em rede (web, rádio virtual)

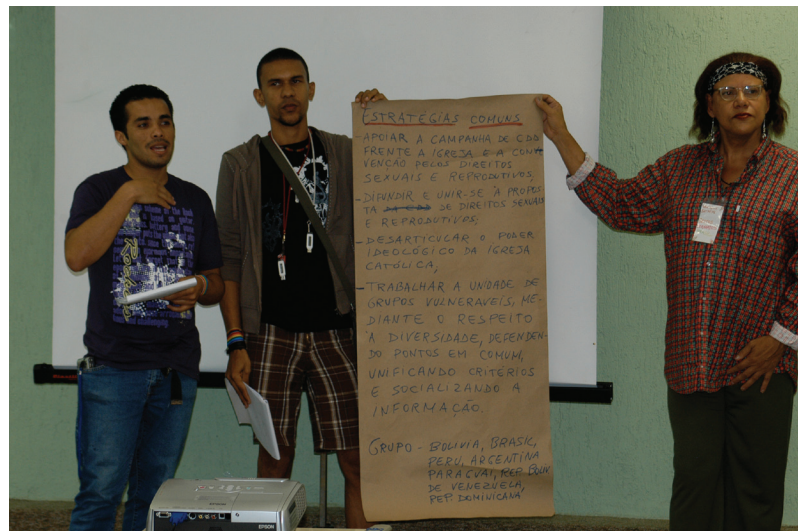
- Criação de um slogan para socializar e posicionar
- Hora zero (mãos pintadas)
- Jornada para não esquecer os crimes e violências em nome da fé religiosa
- Apostasia latino-americana e caribenha
- “Abrigo do poder coletivo e diverso”, buscar uma palavra que represente algo significativo.

Ações locais

- Equador: um encontro com debates frente a fundamentalismos religiosos com o objetivo de politizar a violência que impulsiona os grupos fundamentalistas e debater de forma direta os fundamentalismos e um outro olhar das comunidades afetadas. Contamos com o apoio de universidades onde esta ação poderá ser realizada e organizações e instituições não LGTBI, e também catedráticas feministas. As possíveis reações adversas podem ser uma posição contrária por parte dos fundamentaistas e não as esperadas. Enfrentaremos politizando a violência que a igreja comete contra nossos coletivos. As consecuencias imprevistas indeseadas: não contar com apoio suficiente no momento da reação contrária.
- Equador: criar uma lei de códigos de famílias com o objetivo de que o estado reconheça os diversos tipos de famílias (não só a nuclear heterossexual). Contamos com o apoio de grupos de advogad*s para a criação desta lei, organizações que dariam aval à lei e ministérios para divulgar e promover o posicionamiento em nível nacional, da corte constitucional para que a lei seja promulgada. As possíveis reações adversas são que a lei não entre em discussão. Enfrentaremos isso fazendo debates, politizando a lei, fazendo incidência na corte e

usando jurisprudência. As consequências imprevistas indesejadas seriam não contar com orçamento suficiente e não ter a acolhida necessária nos meios de comunicação.

Estamos bem conscientes de que impulsionar estratégias factíveis a partir de um instituto, isto é, um momento privilegiado de encontro e aprendizagem, pode parecer ingênuo já que os compromissos, uma vez que se aterrizam na “vida real” podem mudar. Assim, a experiência de institutos anteriores nos demonstra que é necessário avaliar um pouco mais a longo prazo. Não obstante, várias ideias concretas surgiram nesta oficina, como por exemplo levar adiante uma apostasia generalizada, integrar a Campanha por uma convenção interamericana dos Direitos Sexuais e os Direitos Reprodutivos (para aqueles que ainda não trabalham com ela), realizar ações locais e simultâneas e também fazer uma colcha temática que vá percorrendo os diferentes países da América Latina. Também se constatou a necessidade de divulgar na população os Direitos sexuais e os



direitos reprodutivos. A oficina pretendeu, à luz dos conhecimentos adquiridos, poder esboçar estratégias que veremos desenvolver-se em cada organização.



Conclusões

Foram iniciados novos vínculos entre organizações, um exemplo é o vínculo entre várias organizações da Nicarágua: “Pontualmente, a informação que recebi no instituto possibilitou o intercâmbio com o grupo Safo e a DHSDH, saiu um primeiro fórum lésbico (Mitos, realidades e religião), temos reproduzido muitos dos documentos distribuídos no Instituto e o resultado tem sido uma grande ajuda já que consideramos que o tema dos Fundamentalismos religiosos é complexo, complicado e a Nicarágua tem suas particularidades, com o movimento de mulheres ficou acertada uma permanente abertura à discussão, quanto ao tema dos fundamentalismos religiosos.” Karla Bermúdez – Nicarágua. Agosto de 2009

Há outros vínculos entre as pessoas participantes que têm a ver com a elaboração de estratégias conjuntas: “Com Tatiana, Ana Lucia e Isis, estamos tentando elaborar uma estratégia de intercâmbios e estamos vendo como construirmos uma Caravana contra os fundamentalismos religiosos LGTBI que implicaria em percorrer nossos países com inúmeras atividades... ainda não está pronto.” Karla Bermúdez, Nicaragua

“Através de nosso blog e via e-mail, manteremos comunicação constante com as diferentes organizações que estiveram no instituto para nos ajudarmos mutuamente nas ações a serem realizadas e compartilhar um pouco o avanço de cada um de nossos coletivos.” Cristian King, República Dominicana
Uma das conquistas foi conhecer melhor nossos direitos...





Principalmente, o conhecimento sobre fundamentalismos, suas raízes e alcances. Também na análise de contextos, sobre os vínculos entre religião e sexualidade, etc. Quanto mais se conhece maior é a confiança, maior é a legitimidade (auto-percepção de legitimidade) e abandonamos as ideias de culpa do cristianismo, para descobrir os interesses políticos e econômicos que estão por trás disso.

Foi isto o que vimos nos testemunhos de participantes.

“A verdade é que o instituto foi muito útil para mim, incorporei bastante do que aprendi, não só no meu discurso, mas também nas ações que realizo, por exemplo nas oficinas de capacitação que eu fazia com promotores/as juvenis em saúde sexual e reprodutiva no âmbito do Projeto Ser Jovem, assim como em algumas exposições orais...” Eduardo Juarez, Peru

Aumentou o conhecimento que a população tem acerca dos direitos LGTBI?

Podemos ver pelas ações realizadas pelas participantes a partir de suas organizações ou de forma independente. Vejamos a análise de um participante em agosto de 2009: “Pois, no último ano depois do evento no Brasil, foi-me bastante útil para aprender diferentes estratégias, tanto frente aos fundamentalismos quanto em política, por estranho que pareça, já que escutar as vivências dos demais servem para aprender coisas novas e usá-las também no teu próprio país.

Em meu retorno à Bolívia junto com outros ativistas, implementamos um plano com familiares muito católicos que nos apoiam e não estão de acordo com o manifesto de Bento XVI e isso foi uma coisa muito interessante, fizemos várias oficinas e foi bom porque estes mesmos familiares procuravam passagens bíblicas, documentos papais e coisas assim para nos apoiar.”

Clayvert Alcon, Bolívia.

Até o momento as e os participantes já realizaram um grande número de ações. São muitas e bem diversas as atividades que fizeram, desde um vídeo contra os fundamentalismos (Michel - Chile e Ana Lucia - Colômbia), até campanhas publicitárias (Horacio - Uruguai), ações de apoio a leis (Pablino - Paraguai), obras de teatro contra a discriminação (Ana Francis - México), etc. Aqui da IGLHRC fica difícil medir e o impacto social destas ações, mas podemos deduzi-lo.

As mudanças que ocorrem nas políticas públicas dos diferentes países são fruto de uma soma de fatores que sobre eles influem: incidência das organizações locais, oportunidade política, instâncias mais progressistas e vinculadas a DH, etc. Quando, a partir da IGLHRC para LAC pretendemos fortalecer o movimento através da capacitação, também procuramos que uma instância posterior tenha conquistas visíveis. Quando estas conquistas ocorrem, sabemos que há uma contribuição por parte de nossas ações, que se funde com a imensa maioria de acontecimentos, ideias e circunstâncias influenciando





sobre as mudanças. O fato de que os e as participantes de nossos institutos (1,2 e 3) estejam em uma posição visível na incidência pelos direitos LGTBI na OEA, deve-se ao trabalho das organizações locais, também a valorosa atuação pessoal d*s ativistas, a conjuntura própria deste espaço internacional, muito mais fatores entre os quais se encontra nosso humilde aporte ao fortalecimento da militância.

Agradecimentos:

A Luiz Carlos Gomez por sua paciência e eficácia, por ele toda logística deu certo.

A Lorena Espinoza, por suas fotos, pela memória visual, sua criatividade e, sobretudo, por sua disponibilidade, alto astral e participação.

A Irene Reis Dos Santos e Osmar Teixeira Gaspar que traduziram do português ao espanhol e do espanhol ao português sem parar, participando igualmente do instituto.

A Lula Ramires, pela tradução do texto da memória para o português e para o inglês.

À Campanha por uma convenção interamericana dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos que apoiou esta proposta.

Este material foi elaborado por
Rosa María Posa Guinea, Responsável pelo Instituto IGLHRC.
Fotos: Lorena Espinoza (Equador/Rep. Dominicana)



Comissão Internacional de
Direitos Humanos para Gays e Lésbicas
Programa para América Latina e Caribe. Avda Callao 339, piso
5to, Buenos Aires. Argentina. Telefax (54 11) 49613531
Sede central: 80 Maiden Lane, Suite 1505, New York,
NY10038, USA. Tel +1 212268 8040, Fax +1 212 430 6060

Design: SGuerra Design - São Paulo - Brasil - www.sguerra.com.br
A realização do instituto e a publicação desta memória foram
financiados por:

